

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *FOLHA DE SÃO PAULO*Data *05/11/80*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Moradores pedem a prefeito três creches no Itaim

A construção de creches nos jardins Camargo Novo, Romano e Silva Teles foi a principal reivindicação levada ao prefeito Reinaldo de Barros, na manhã de ontem, por um grupo de moradores no Itaim Paulista. O prefeito prometeu estudar o assunto, mas informou que para isso precisará de um croquis dos locais nos quais os moradores desejam ver construídas as creches.

O grupo de moradores do Itaim Paulista destacou a importância das creches e mostrou que elas virão tranquilizar as mães de milhares de crianças, que trabalham fora por necessidade e não têm onde deixar os seus filhos. De acordo com eles, os três jardins (Camargo Novo, Romano e Silva Teles) dispõem de áreas municipais, onde poderiam ser construídas as creches.

Reinaldo de Barros prometeu dar uma resposta aos moradores "o mais breve possível. Para isso — assinalou — vocês terão que me trazer com urgência um croquis dos locais onde desejam que as creches sejam construídas e, depois dos estudos técnicos necessários das áreas indicadas, darei uma resposta definitiva".

O prefeito lembrou que desde que assumiu a Prefeitura já foram construídas 66 creches e, que o plano de expansão do setor prevê um total de 200 unidades até o final de sua gestão.

LIDIA

“Para você se impor como mulher no movimento estudantil e romper a barreira do preconceito machista é preciso quebrar o pau, forçar a barra, ser brava. Não é falar grosso, mas se você falar fino não pega bem. Em várias tendências estudantis, há uma divisão de trabalho: os homens ficam com a liderança e as mulheres ficam vendendo cafezinho, jornal ou batendo palma na claque. E acham muito natural...”

Ela talvez seja a primeira mulher na história da UNE, a concorrer para o cargo de presidente. Uma ousadia descabida? Para Lídia Maria Tonon da Matta Machado, seu nome, não. Simplesmente, uma evolução natural da sua presença no movimento estudantil mineiro e nos encontros de âmbito nacional. Casada, 25 anos, aluna do quinto ano de Medicina, em Belo Horizonte, Lídia sai candidata por uma das cinco chapas inscritas para disputar as eleições de novembro. Nesta primeira parte de uma entrevista concedida à nossa sucursal, ela fala sobretudo da discriminação que as mulheres sofrem dentro do próprio movimento estudantil, também, das circunstâncias em que sua chapa se formou.

- Há dificuldades no movimento estudantil para aceitação de uma mulher como líder?

- Fiquei trabalhando quase dois anos no ME da Faculdade de Medicina. Lá, de uns tempos pra cá, existe um grande número de mulheres no curso e um grande número delas mexem no movimento estudantil. Acho que é uma situação que acontece em todas as escolas de medicina do país. Lá você tem uma proporção de meio a meio na escola e dentro do DA chega a ter mais. Então este tipo de problema de mulher mexer com ME nunca teve. Nunca era só eu. É lógico que toda chapa de DA tem mais homens, nunca teve presidente mulher, mas as mulheres sempre tiveram um papel importante.

Já no DCE, a situação começou a se mostrar diferente. É claro que em algumas escolas não é tão comum mulher mexer no ME. Numa escola onde a maioria são homens sempre fazem um monte de brincadeiras, ou então, você entra numa sala de aula e o cara diz “Olha é uma mulher” e fica quieto para ouvir porque é mulher que está falando. Mas no geral, acho que o movimento estudantil da UFMG está refletindo uma modificação na participação das mu-

lheres em todos os níveis. A gente até brincou, quando houve a Assembléia Universitária que organizou a greve dos três dias, agora em setembro: ela foi dirigida por duas mulheres, eu e a Rossana, pelo DCE. E a grande maioria dos Diretórios, que eram chamados um por um para dar seu relatório, foram representados por mulheres. A grande maioria das intervenções foram de mulheres. Eu me lembro que em 77, eram umas três mulheres que tinham alguma expressão.

Entre a chamada vanguarda, se você olha superficialmente, a discriminação não existe. Mas ela transparece de forma muito sutil, não no cotidiano do trabalho, mas numa reunião nacional, ou mesmo estadual, por exemplo. É muito mais difícil para você se impor. A primeira vez que eu intervi num CONIB (Conselho Nacional de Entidades de Base) foi um negócio difícil: o próprio plenário não ajudava, nem prestava atenção, não era uma coisa importante. Para você se impor, romper essa barreira meio transparente, sutil, do preconceito, você começa a ter que quebrar o pau, forçar a barra, ser brava. Não é falar grosso, mas se você falar fino não pega bem. Tem que ser séria. O ME nestas reuniões não reflete a realidade da participação de mulheres nas entidades de base. Nos grandes encontros — reuniões nacionais, encontros por área — há uma reversão, são 3, 4 mulheres que intervêm em todo o processo.

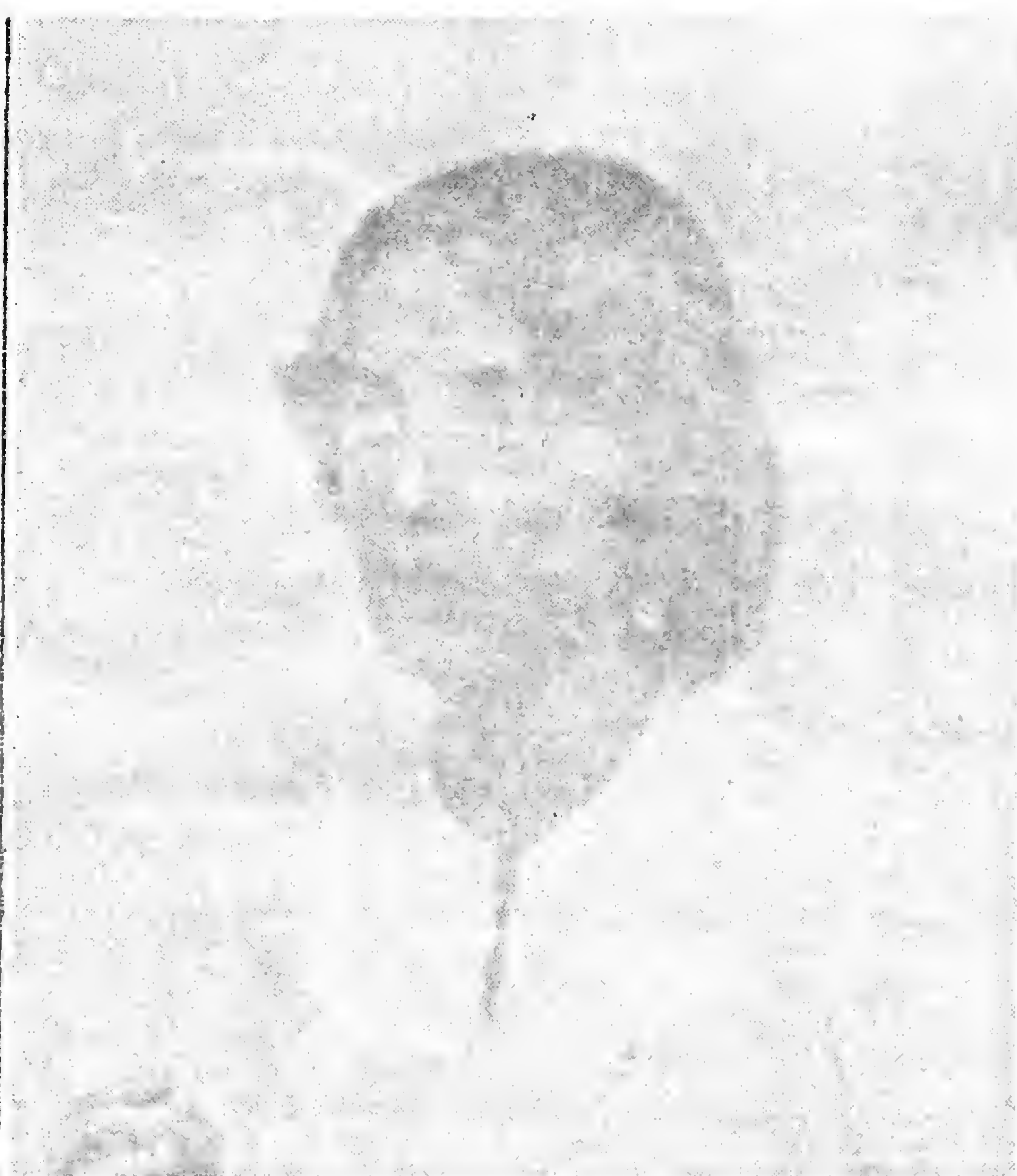
- Como é o relacionamento com os líderes homens?

- O próprio relacionamento num primeiro momento é muito estranho: tem uns que acham que por que você falou, porque você tem uma posição definida, você é um homem, te tratam como homem, e outros que acham que dá status ficar com você, cantar você, transar. Mas é mais num primeiro momento, porque à medida que você vai se firmando mais as pessoas come-

çam a te respeitar. Não é uma coisa que acontece só comigo. Depois que eu fiz a defesa de eleições no congresso, lá em Piracicaba, um monte de meninas veio me procurar porque achou o maior barato uma mulher intervir. Existe uma outra reação meio de receio de chegar perto de você. Quando um cara aparece no ME, se destaca, um monte de meninas começa a paquerá-lo. Mulher é ao contrário: os homens ficam com medo, dá insegurança neles. É uma coisa engraçada. O cara te olha meio de lado: “Sei lá, essa menina é muito brava, ela tá aí brigando”. Os caras te respeitam, mas são incapazes de te tratar como mulher. Você gosta de paquerar, acha uma pessoa bonita, gostosa, mas os caras ficam com medo.

Hoje eu já tenho um espaço e essa questão do respeito, de confiança mudou um pouco. Pra mim hoje é mais fácil intervir do que para qualquer outra que simplesmente levante a mão e queira falar. Não é que você seja mascote, é um pouco isso, mais na base da brincadeira. Todo mundo goza, por exemplo, que da Centelha quem intervêm são as mulheres. Acho que nesse aspecto, em comparação com as outras posições, temos mais mulheres que intervêm, que assumem a frente. Tem posições no ME que eu nunca vi mulheres intervindo. Parece que tem uma divisão de trabalho: os homens ficam com a liderança e as mulheres ficam vendendo cafezinho, jornal ou batendo palma na claque. E acham muito natural isso, não questionam.

Fui numa reunião um dia, a nível nacional, tinha um monte de rapazes e eu, pelo DCE-UFMG, só eu de mulher. E a altura das discussões um deles falou “xongas nenhuma”. E um outro levantou e criticou que “o companheiro devia cuidar mais da linguagem porque temos até uma moça presente aqui”. Não era pela linguagem em si, mas porque eu tava lá!



"Quando falo em assembleia, às vezes me olham como homem"

- Aonde você localiza o por-
que desta diferença no trata-
mento, ainda que sutil?

- Primeiro, é uma coisa que
ocorre na sociedade: a atuação
limitada da mulher. É uma coisa
mais ou menos recente esta
busca de ter uma personalidade
própria, uma atuação política.
O ME não é uma coisa à parte.
Isso limita um pouco: a mulher
mesma tem medo de se lançar,
assumir a liderança, carrega um
pouco de preconceito. E tem o
lado do homem. Ele também
vem de um meio onde a mulher é
discriminada. Então ele tem
dificuldade em aceitar esta mu-
lher participante, ativa, inde-
pendente dele. Isso, de alguma
maneira, é contraditória: será
que as tendências, as posições de
esquerda no ME, não querem a
libertação da mulher? Não é
isso. Formalmente, ninguém é
contra. No verbo todo mundo

fala da libertação da mulher.
Mas muitas posições, na práti-
ca, não vêem na mulher um papel
fundamental na construção da-
quela posição. Não é que tenha
no programa, mas na prática
existe este tipo de visão da mu-
lher em papéis secundários.
Acho que são poucas as tendên-
cias onde existe esta igualdade
na prática. Acho que é um pro-
blema da esquerda passar para a
prática essa luta contra a discri-
minação.

— Porque se resolveu lançar
uma chapa separada e não en-
trar em composição com outras
correntes?

Esta nossa chapa foi for-
mada no decorrer do próprio
32º Congresso. Nasceu da iden-
tidade política construída na in-
tervenção e nos posicionamen-
tos que todos nós tivemos neste
congresso. A chapa foi lançada
porque sentimos a necessidade

de que as propostas e a própria
visão do movimento estudantil
e sua situação que defendemos
se fizesse representada durante
o processo eleitoral para a UNE.
E a certeza de que nenhuma das
outras chapas nos representa é
que nos levou a lançá-la. Com-
posição mais ampla com outras
chapas? O próprio congresso
demonstrou bem os vários cam-
pos políticos existentes e estes é
que foram a base para a cons-
trução das chapas.

— O que caracteriza esta
chapa?

Em primeiro lugar um en-
tendimento de que o ME cres-
ceu muito, se reorganizou, mas
precisa ampliar as suas ini-
ciativas unitárias, a sua ação co-
mum. O movimento hoje preci-
sa também romper o isolamen-
to tanto interna como externa-
mente à universidade - e para
tanto temos a oferecer nosso
projeto de democratização da
universidade. Há ainda um cres-
cimento da participação dos es-
tudentes nas universidades par-
ticulares, em contraste com o de-
clínio nos centros mais tradicio-
nais. E aí há uma questão cen-
tral: a democracia do nosso
movimento. Temos que cons-
truir um movimento democráti-
co, desde a base até a UNE.

Em segundo lugar temos que
travar agora lutas decisivas con-
tra os aumentos, pela suplemen-
tação de verbas, federalização
das escolas falidas, etc. Para tan-
to fomos e somos a favor de uma
nova greve geral no próximo se-
mestre, mas não por tempo in-
determinado como defendiam
alguns. E apesar do Congresso
não tê-la aprovado, ela não está
tampouco descartada.

Finalmente, na luta contra a
ditadura consideramos funda-
mental rechaçar a "conciliação
ou pacto nacionais" e apoiar os
trabalhadores na sua organiza-
ção independente para que a
luta contra a opressão se ligue à
luta contra a exploração apon-
tando para a construção de uma
nova sociedade.

Jornal: **EM TEMPO**
23ho a 5 / 11 / 1980
Data
Pág. 13Parte n.º
N.º do recorte 0733

Sul

Professores marcam greve geral

A chuva não impediu que cerca de dois mil professores públicos do 1.º e 2.º graus participassem da Assembleia promovida pelo Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul, dia 20. Numa reunião extremamente combativa, os docentes resolveram apelar para a mobilização direta da categoria e marcaram uma paralisação para os dias 30 e 31 de outubro, preparatória de uma greve de maior envergadura ainda no mês de novembro, como meio de alcançar as reivindicações da categoria.

Os professores estavam perdendo a paciência. Não só com o governo do Estado que demonstrou de forma clara que não irá atender as reivindicações do magistério, principalmente, a equiparação dos professores aos técnicos-científicos que trabalham no serviço público, mas

também com sua própria entidade representativa, o CPERS.

A atual diretoria, cuja presidente Glaci Rolim está licenciada do cargo, sob a direção do vice-presidente, professor Lealcino Rosa dos Santos, não estava conseguindo dar um rumo seguro ao movimento que insiste em se manter mobilizado. Na penúltima Assembleia Geral, ficou evidente que a luta transferida para a Assembleia Legislativa do Estado não iria avançar. A oposição parlamentar não conseguiria quórum para derrotar o veto do governador ao projeto de lei encaminhando a equiparação.

O fato, evidentemente, serviu para desmascarar os deputados do PDS que não cumpriram as promessas feitas aos professores e curvaram-se ao veto do Governador Amaral de Souza. Mas, o impasse continuou. E, a nova saída da Diretoria do CPERS apontava na direção de um recurso ao poder judiciário...

Essa política do protelamento, de esvaziar o movimento, de transferir para o legislativo, para o judiciário uma luta que teria que ser travada, fundamentalmente, pelos próprios professores e por seus próprios meios, estava frustrando o

professorado e desgastando a imagem, a então reconhecida, de capacidade de direção do CPERS.

Greve à revelia do CPERS

Um indicador importante da incapacidade do CPERS na condução do movimento ocorreu na sexta-feira, 17 de outubro, em pleno período do 1.º Encontro Estadual de Professores. Numa escola da capital, Escola Estadual de 1.º e 2.º grau Paulo da Gama, a Associação dos Professores decidiu decretar greve por três dias, a partir do dia 21 de outubro, independente da Assembleia Geral do CPERS marcada para o dia 20, segunda-feira.

Mas a última assembleia marcou mais uma derrota da atual diretoria, que ficou totalmente sem iniciativa. Na única vez que tentou encaminhar uma proposta, através da vice-presidente Maria Augusta Feldman, recebeu rigorosas vaias: foi a forma encontrada pelo plenário para repudiar a proposta da diretoria que pretendia continuar com a luta pela equiparação aos técnicos do Estado, após o fracasso do caminho parlamentar (aprovada pela Assembleia Legislativa,

foi vetada pelo governador Amaral de Souza), através do Judiciário. Além de repudiada, a proposta foi derrotada por outra que previa a busca de formas próprias de encaminhamento da luta. Outras propostas foram aprovadas, como a formação de núcleos regionais na capital, que deverão propiciar uma melhor organização da categoria.

Água fria nos universitários

A Assembleia Geral dos docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizada na terça-feira, dia 14 de outubro, no Anfiteatro da Fác. de Arquitetura, foi um balde de água fria no movimento dos professores universitários de Porto Alegre.

A resolução adotada nacionalmente pelas associações de docentes das Universidades Federais, no fim de semana anterior, ficou bem atrás das aspirações dos professores gaúchos que estavam dis-

postos a ir a greve por tempo indeterminado. Em nome da unidade do movimento acataram a decisão nacional: declarar-se em estado de mobilização permanente e decretar a paralisação para os dias 5 e 6 de novembro, sem impor condições ao MEC.

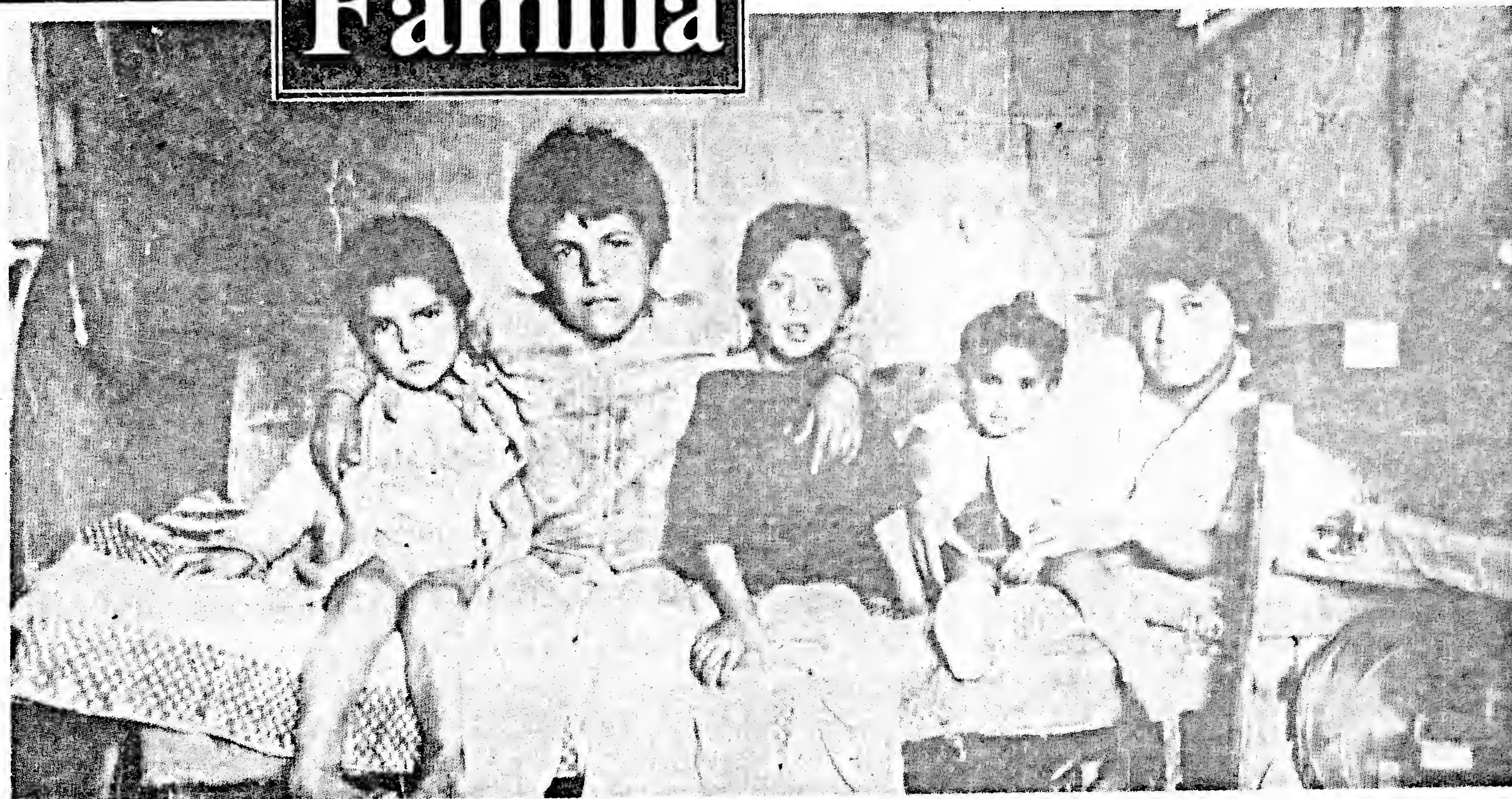
Ainda que existam alguns professores apostando na boa vontade do ministro, pois "se ele não faz mais é porque o governo não deixa", a grande maioria dos quase 250 professores presentes considerou que a decisão nacional esvaziou o movimento que crescia.

E, seguramente, razões não faltam aos professores para se mobilizarem: docentes da Federal de Porto Alegre querem 48% de reposição salarial retroativa a março de 1980; reajuste semestral de salários e a solução de problemas como a situação dos professores "colaboradores", contratados precariamente pela Universidade e que acabam assumindo a plenitude das funções como regência de classe, elaboração de programas. A situação salarial, porém, é o que mais atinge o professorado que conforme estudo feito pela ADUFERS foi reduzido a metade do poder aquisitivo real que possuía em março de 1976.

Especial Família

Entre o patriarcalismo

e o desenvolvimento, a família vive sua crise



Na Igreja, vence o tradicionalismo

O Sínodo propõe uma “abertura”, mas mantém a doutrina

Como deve se comportar a Igreja moderna diante do divórcio, dos casamentos “livres”, do aborto, da pílula anticoncepcional etc.? Dar respostas a esta pergunta, basicamente, foi o trabalho a que se entregaram durante um mês — entre os dias 26 de setembro e 25 de outubro, em Roma — os 216 bispos sinodais”, o que inclui cardeais, arcebispos, bispos e chefes de ordem com direito a voto, e mais 43 leigos, com direito a voz mas não a voto.

Argumentação naturalista

Ainda não é possível fazer um balanço real das consequências que terão sobre a prática rotineira da Igreja as discussões de um mês das duas centenas de bispos. Ao final do encontro foram redigidos dois documentos: uma “mensagem às famílias cristãs”, de ampla e imediata divulgação; e um conjunto de 43 propostas feitas diretamente ao papa, que ele poderá ou não divulgar. Nada foi feito ainda nesse sentido, embora em diversas conferências episcopais presentes fossem expressado ao papa seu desejo de que as propostas fossem publicadas no encerramento).

Sabe-se, no entanto, inclusive através do discurso de encerramento do próprio João Paulo II, além de pequenas indiscrições dos participantes, que as questões ditas “doutrinárias”, não sofreram a mínima alteração. Ao ouvir o “julgamento seguro e perspicaz, decidido e corajoso” dos bispos, o papa já deixou claro, por exemplo, que os divorciados casados de novo continuarão a ser marginalizados dos sacramentos da Igreja, “menos se viverem em completa abstinência” — ou seja, se viverem como “irmãos”, o que é a atual orientação.

Mesmo sem qualquer modificação doutrinal sobre a indissolubilidade do casamento, que era uma impossibilidade conhecida, esperava-se que em certos casos, se aceitasse o casamento de novo, como se faz na Igreja Ortodoxa. Nesse sentido, os bispos teriam apenas feito uma sugestão tímida do estudo desta prática. Da mesma forma se proíbem as uniões “livres”, os casamentos de batiza-

dos “não-crentes” (que não “praticam” a religião) e os casamentos mistos.

Outro ponto “quente” do Sínodo foi a encíclica “*Humanae Vitae*”, em que o antigo papa Paulo VI definiu a posição da Igreja quanto ao controle da natalidade. O Sínodo, neste caso teria sido ainda mais firme, não apenas concordando com a argumentação de Paulo VI, mas considerando suas posições finais como “proféticas”. Propuseram que os teólogos estudem uma forma de argumentação mais facilmente sustentável, em face dos “novos tempos” e mais de acordo com a sensibilidade moderna, mas que conduza aos mesmos resultados. “*Humanae Vitae*” considera “intrinsecamente perversa” qualquer separação artificial da união conjugal e da procriação; a “fórmula” de argumentação “naturalista” preconizada pelo Sínodo seria a seguinte: “é melhor respeitar o corpo e a natureza do que violentá-los”. Essa condenação evidentemente atinge a procriação sem casamento, o aborto e os métodos “artificiais” de controle da natalidade (a pílula, o ligamento das trompas, os dispositivos intra-uterinos etc.)

“Abertura” conservadora

Se não houve alteração doutrinária (os analistas presentes notaram inclusive uma certa carência de especialistas nas leis da Igreja), os bispos teriam no entanto proposto pelo menos uma certa abertura pastoral — isto é, na prática diária, ou no contato rotineiro dos padres com os cristãos. No caso do matrimônio, o papa aceitou que “os pastores e a comunidade cristã ajudem esses irmãos e irmãs (que se casaram de novo) a não se sentirem separados da Igreja”. A palavra-chave do Sínodo seria assim a da “lei da gradualidade” (que não deve ser confundida com a “gradualidade da lei”, segundo o papa): uma tentativa de “compreender” os fiéis, de não “desencorajá-los e traumatizá-los”, segundo disse o correspondente do jornal *Le Monde* (28/10/80), Henri Fesquet.

Os bispos responsáveis por essa “abertura” mínima teriam sido os mesmos que, na “mensagem aos cristãos”, forçaram uma abordagem progressista, atribuindo aos “governos ou organismos internacionais” (as multinacionais) as dificuldades por que passa a família hoje. Assim, diz o documento, “mais grave que o problema da cultura é a situação das famílias que num mundo rico vivem necessitadas. Em vastas regiões do mundo” continua, “constata-se uma pobreza material, produzida por estruturas sociais, econômicas e políticas que favorecem a injustiça, a opressão e a dependência”.

Se essa análise é justa, como de fato é, permitindo inclusive que o documento situe com profundidade a “violência” que se comete contra as famílias, isso dificilmente servirá para resolver a contradição existente na Igreja: entre o tradicionalismo de sua visão e a prática corrente de seus fiéis. Há um fundo de verdade quando o documento diz: “para resolver seus problemas sociais, econômicos ou demográficos, as famílias são forçadas a aceitar os meios imorais (sic) como a contracepção, ou pior, a esterilização, o aborto e a eutanásia. Nós protestamos vigorosamente contra esse fato”.

Esse protesto, entretanto, não impediu que muitos bispos africanos se sentissem frustrados ao ter que concordar com o princípio de que as formas de pré-matrimônio de muitas culturas africanas são uma grave infração à normas cristãs. Os bispos canadenses, por exemplo, devido às questões do divórcio e do controle da natalidade, principalmente, afirmaram inclusive que as propostas não refletem fielmente as discussões. No que são acompanhados pelos holandeses (sabe-se que esta última questão constava do documento preparatório em seis linhas; foi revista pelas conferências episcopais em seis páginas e afinal recebeu 80 intervenções ao longo do Sínodo, das 162 intervenções no total).

Num país católico como a França, uma pesquisa feita antes do encontro mostrou que 39% dos franceses “não esperam nada

da Igreja”, número que entre os jovens de menos de 25 anos saltou para 53%. Para eles, a moral sexual e conjugal da Igreja é “um grilhão”. Na Itália, uma pesquisa recente mostrou que 63% dos católicos romanos são favoráveis ao divórcio e 47% querem uma lei sobre o aborto 76% criticam a condenação da Igreja à contracepção; 54% acham que a posição da Igreja sobre a sexualidade é muito tradicional; 52% usam confessadamente a pílula. Nos EUA, esta última taxa sobe para 80%; e na França, para 75% (entre os católicos).

Para muitos observadores, o aspecto positivo da “abertura” pastoral da Igreja, que aponta as raízes econômicas e políticas de muitos problemas vividos hoje pela família, corre o risco de se tornar inócuo na medida em que não é acompanhada de uma revisão das concepções tradicionalistas da Igreja.

Dissolução de Valores

Na verdade, dizem, é preciso ir muito mais longe para enfrentar a complexa situação atual da família, principalmente nos países do terceiro mundo, onde ela se vê sujeita a duas pressões contraditórias e nenhuma das duas sendo uma solução desejável para o problema: de um lado, a herança patriarcal responsável pela opressão da mulher e das crianças e que, afinal, acaba representando uma opressão para o próprio homem, e, de outro, as mudanças muitas vezes brutais trazidas pelo desenvolvimento, com a dissolução de valores muitas vezes positivos das culturas tradicionais, constituindo dessa forma um fator de instabilidade.

Nas duas páginas seguintes, *Movimento* traz a condensação de uma edição especial da revista francesa *Croissance de Jeunes Nations*, dedicada à família no terceiro mundo. São focalizadas as situações nos países mais populosos, a China e a Índia, e em dois países da África, a Argélia, ainda ligada às tradições islâmicas e a África do Sul, dilacerada pela política de segregação racial.

(Flávio Diegues)

ÍNDIA

**Miséria, exploração
e o grande poder das
castas e da religião**

Fechada em seu sistema rígido de castas, a sociedade indiana não pode conceber um sistema familiar baseado na liberdade individual. Não há nada surpreendente no fato de que, ainda hoje, os casamentos sejam arranjados pelos pais e só possam ocorrer entre pessoas da mesma casta e religião.

"We are poor people" (somos pobres), disse-me muitas vezes Bipin, o filho mais velho da família Kumar Das, durante toda a minha estada em Mithila. De fato, quando retiro minhas sandálias para entrar em sua casa, não vejo nada que lembre o conforto ocidental. Nada, exceto um transistor Phillips, luxo espantoso, que transmite uma partida de **cricket** de Calcutá. Mais importante é a imensa cama sob o mosquiteiro, sobre a qual me convidam a fazer a sesta, enquanto Pravin, o caçula, luta contra a febre e Mahasundari Devi, a mãe, sentada sobre os calcanhares, pinta.

A cama pertence a todos, como o resto: três quartos abertos para um pátio em terra batida, onde as mulheres lavam a roupa branca e preparam os alimentos. Não há um único móvel, mas apenas nichos escavados nas paredes, todos ocupados por imagens de deuses e fotos de Nehru, Indira e Gandhi, um cartão postal da torre Eiffel. E, é claro, uma corda, "guarda-roupas" indiano. Vivem 12 pessoas na casa dos Kumar Das. Mas a pobreza é menos opressiva do que a das grandes cidades: cortiços de Calcutá, desabrigados nas ruas de Bombaim e Delhi.

Doenças e tradições

Chegando a Madhubani, entrei na Índia do campo (80% do país), agrícola, superpovoada, analfabeta, submetida às doenças endêmicas (malária, elefantíase, lepra), ao sistema de castas, a tradições que acabrunham as jovens, as mulheres brâmanes, as viúvas. Madhubani, "floresta

de mel", é a segunda cidade de Mithila, uma província do Bihar, situada entre a planície de Terai, no Nepal, e o vale do Ganges.

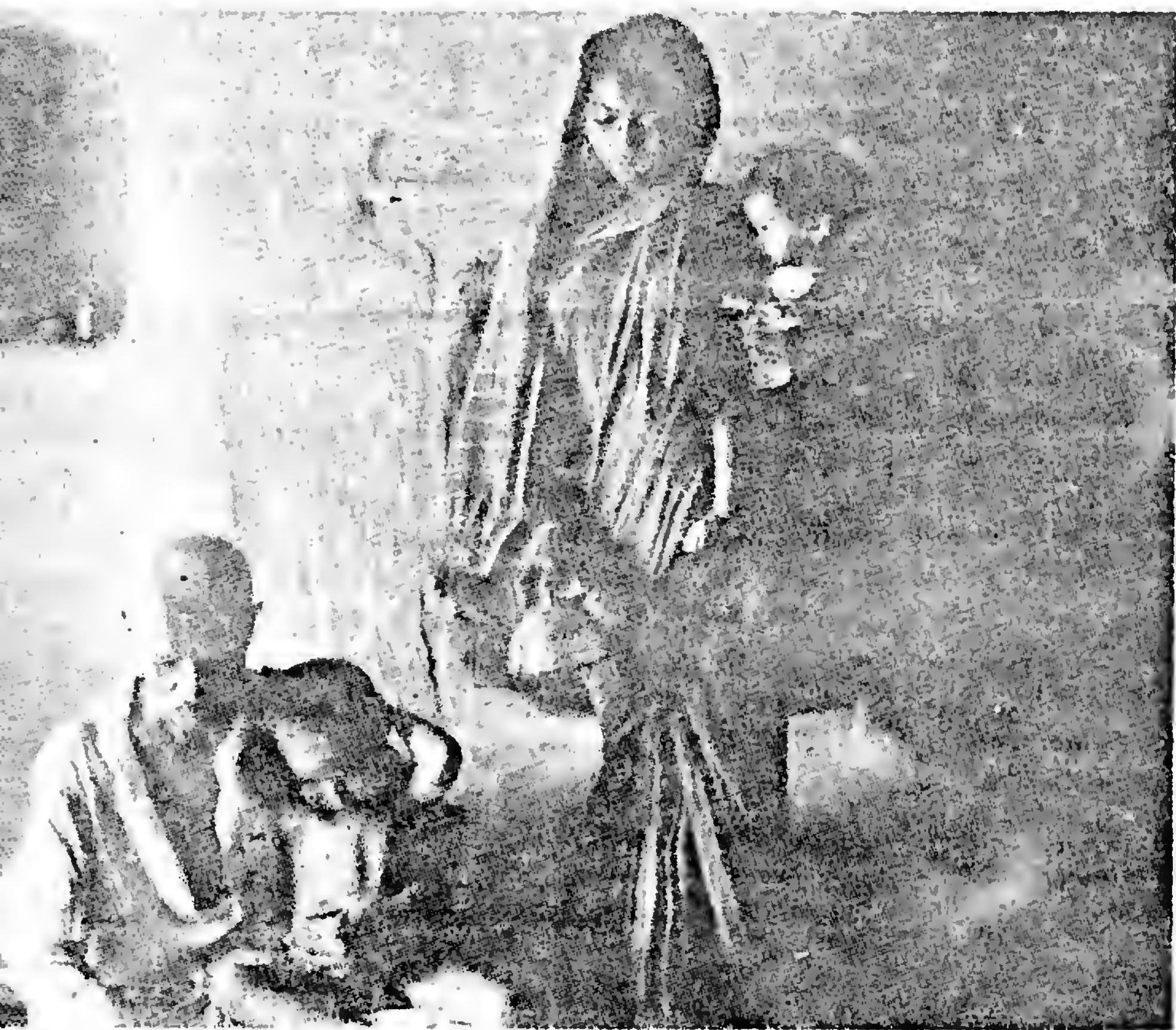
Os Kumar Das moram a dois quilômetros de Madhubani, em Ranti, uma cidadezinha de 10 mil habitantes que tem, apenas nela, 24 castas. Durante o caminho, Bipin me fala de seu país. Como cada indiano, ele é um fiel de sua "motherland" (mãe-pátria), mas não sem denunciar diante de mim os casamentos precoces e o sistema de castas: "você vê aquela grande construção? Pertence a um dos cinco grandes da província: 84 quartos onde não vivem mais do que 10 pessoas. O proprietário, que possui 500 acres (cerca de 250 hectares) poderia fazer muito pela cidade. Mas nada! Ele paga a seus empregados 100 rúpias por mês (780 cruzeiros)".

A "vida anterior"

"Em Mithila, cada homem, cada mulher sabe o que deve fazer", me explica Bipin. "O pecado consiste em não fazer o trabalho que se deve fazer ou fazer o trabalho a que não se está autorizado". Assim, brâmane está proibido de lavar sua roupa, ou mesmo ferver sua água; seu único dever é servir no templo. Em contrapartida, o dhobi (lavador de roupa) — sempre uma pária — que se recusar a lavar roupa será levado a uma reencarnação mais terrível ainda. Se se nasce pobre e disforme é porque se viveu mal "na vida anterior".

Entre os Kumar Das, Mina Devi (32 anos), a filha mais velha, ficou só com seus seis filhos quando seu marido desapareceu ("ele perdeu a cabeça"). Ela passa sua vida na cozinha ou em volta da cama de seus filhos, dos quais dois são doentes. Perguntei a seu pai por que ela não se casava novamente. "Mesmo que a lei autorize, é um crime contra a religião e a sociedade", diz ele firmemente.

(Marie-Charlotte Bouton)



casa indiana: pobreza e opressão religiosa



Um casamento chinês: propaganda para “reprimir os impulsos psicológicos”

CHINA

O casamento ainda é, antes de tudo, um “negócio”

Quando os comunistas chegaram ao poder, as concepções tradicionais chinesas sobre a família e o casamento predominavam ainda amplamente.

Assim, os casamentos arranjados pelas famílias no nascimento de seus filhos eram uma prática corrente, sobretudo no campo. Os ricos, freqüentemente, mantinham, além de sua primeira mulher, um número de concubinas variando com a fortuna, como autorizava a moral feudal chinesa. Os antigos princípios estéticos da China, faziam com que numerosas famílias continuassem a enrolar os pés de suas crianças do sexo feminino para impedir o seu crescimento e poder, assim, obter um dote um pouco mais elevado.

Esse foi um dos problemas com que se defrontou o Partido Comunista assim que consolidou sua autoridade sobre o país. Após alguns meses somente de discussão, uma “lei sobre o casamento” era promulgada em 1º de maio de 1950. Ela continua em vigor até hoje, e proclama em seu preâmbulo: “o sistema do casamento feudal, que se apóia em arranjos arbitrários e forçados, no primado do homem sobre a mulher, e que não leva em conta os interesses dos filhos, fica abolido”.

Exatamente 30 anos após a promulgação dessa lei revolucionária, quais são as transformações conhecidas pela família chinesa, esse pilar da sociedade tradicional?

Apesar de inícios muito promissores, os resultados da reforma são bem magros. É claro que os abusos mais anaerônicos desapareceram e a reforma permitiu a entrada em massa das mulheres chinesas no mundo do trabalho. Como em todo lugar no mundo, o salário da mulher permanece inferior ao do homem, sobretudo no campo. Mas a maior parte dos artigos da nova lei permanece letra morta.

Apesar das estipulações legais, o casamento é, como antes, um negócio entre duas famílias, no qual a noiva é “cedida” à família do prometido por seus pais, que pedem por isso a compensação do dote. Este inclui o enxoval, o conjunto do mobiliário e as despesas necessárias à instalação do jovem casal, mas também freqüentemente, uma “indenização” correspondente às despesas ocasionadas pela educação e manutenção da jovem por sua família. A imprensa chinesa traz informações mostrando que o dote pode atingir a soma de 1000 a 2000 **yuan**s num casamento nas classes não-privilegiadas da sociedade. Considerando que o salário médio de um operário é 50 **yuan**s por mês e, no campo, quase dez vezes menos, vê-se que a família do noivo, da mesma forma que o próprio jovem casal, deve se endividar consideravelmente.

No Partido Comunista, que é a única autoridade real do país, a maioria dos membros partilha as mesmas convicções dos outros chineses e também freqüentemente, arranja casamento para seus filhos. De fato, buscam para seus filhos o melhor partido na medida em que são eles mesmos privilegiados na sociedade e buscam conservar para sua família a posição social que ocupam.

Nas cidades, os casamentos arranjados têm um peso menor, já que, geralmente, os pais levam em conta as preferências individuais de seus filhos antes de casá-los. A liberdade total de escolha do cônjuge existe, é claro, mas o mais freqüente é uma fórmula de compromisso: as famílias, mas às vezes também um comitê de bairro ou de fábrica, apresentam um ao outro um jovem e uma jovem em idade de casar. Estes disporão então de um período variável, mas de ordem de um ano, para se conhecerem e estabelecer uma relação, fortemente platônica na maior parte do tempo. Em caso de incompatibilidade maior entre os dois jovens, a mesma operação será recomeçada.

“Sabotagem da Família”

Dado o peso da família na sociedade chinesa, não é surpreendente a severa repressão sexual existente no país. O que é mais espantoso é que o Partido reforça essa repressão. As relações sexuais fora da família são consideradas um ato repreensível, passível de uma pena que pode ir de uma simples sessão de crítica, em geral no local de trabalho, até vários anos de prisão. O delito leva então um nome: “sedução”. Por definição, ele só se aplica ao homem, com a mulher, sendo considerada vítima, ainda que ela tenha concordado. O adultério também é tratado como um crime de direito comum. Na linguagem dos tribunais chineses, ele se denomina “sabotagem da família”.

Depois que Deng Xiaoping impôs sua linha ao Partido, um certo número de dirigentes compreendeu que é absurdo querer realizar as “quatro modernizações” sem oferecer um clima psicológico e sociológico favorável. Para esses “progressistas” do Partido, as práticas feudais devem cessar. Porém, o Partido não renunciou ao princípio de impor à juventude concepções puritanas. Artigos recentes exportam aos jovens a “se servir de seu intelecto” para “reprimir seus impulsos psicológicos” e às jovens a “preservar antes de tudo sua virgindade e castidade”.

Os pais devem impedir seus filhos de se masturbar porque esse “mau hábito” provoca “perdas de memória” e, mais tarde, “a impotência e a ejaculação precoce”.

Dois tipos de opressão**Especial
Família**

Tendo dinheiro, nada impede o argelino de arranjar mais de uma esposa

ARGÉLIA

A revolução ainda não acabou com a poligamia e o véu

A célula familiar constitui na Argélia, atualmente, o último refúgio de uma cultura ameaçada de desaparecimento. A guerra de libertação e traumatismos que ela engendrou representaram um violento golpe contra as estruturas sociais. A fuga à Tunísia e para o Marrocos, de dezenas de milhares de pessoas, a criação pelo exército francês de cidades onde se reagruparam cerca de dez milhões de pessoas, o desaparecimento de numerosos quadros liquidados pela luta — tudo isso abalou profundamente a sociedade tradicional, desenraizando centenas de milhares de pessoas.

O Modelo Europeu

Hoje, a família argelina tem que se adaptar às novas situações, o que não se faz sem crise. A urbanização começou em 1962, após a independência, com os camponeses ocupando as cidades abandonadas pelos europeus. Esta ocupação continuou a passos rápidos: em 1966, 31% da população viviam na cidade; em dez anos, a taxa subiu para 41%. Salvo rara exceções, a família de tipo patriarcal cedeu lugar em meio urbano à família reduzida ao casal e seus filhos, ao estilo europeu. O progresso da alfabetização, que atinge atualmente 75% das crianças de seis a 14 anos (cerca de 100% nas cidades), e o desenvolvimento do trabalho nas

fábricas, graças à industrialização, tornaram mais difícil o controle do pai sobre a família. Os que têm a chance de estudar até a universidade são geralmente mais instruídos que o pai, o que modifica profundamente as relações familiares.

Os jovens casais querem adquirir rapidamente sua independência, mas a crise de alojamentos nem sempre lhes permite. Para melhorar seu nível de vida, são partidários de famílias menos numerosas, e as jovens reivindicam cada vez mais frequentemente o direito a uma atividade profissional embora esta idéia seja ainda mal recebida nos meios populares. A família, segundo a Constituição, é a "célula básica da sociedade", sob a proteção do Estado. Mas, 18 anos após a revolução, nenhuma lei codificou ainda a modalidades de sua criação, de seu funcionamento e de sua dissolução, assim como os direitos respectivos dos cônjuges e dos filhos.

Sempre Tuteladas

O debate sobre a questão atinge uma violência particular e no seu centro se coloca o lugar da mulher na sociedade. A Carta Nacional, adotada em junho de 76, é bem intencionada: "no sentido da melhoria da sorte da mulher", diz, "devem intervir ações que visem antes de tudo transformar uma espécie de ambiente mental ajurídico, negativo e às vezes prejudicial ao exercício de seus direitos reconhecidos de esposa e de mãe, e a sua segurança material e moral". Dessa forma, continua, "deverá ser posto um fim à prática exorbitante e ruinosa do dote, ao abandono pelos maridos pouco escrupulosos de crianças deixadas à mãe sem recursos, aos divórcios não motivados e sem garantia de pensão, às violências exercidas impunemente contra as mulheres, à sua exploração por uma categoria de elementos anti-sociais". E finaliza: "O Estado, que já lhe reconheceu direitos políticos, está engajado a serviço de sua educação e da promoção inelutável da mulher argelina".

Nada, sobre o plano legislativo, veio concretizar esta "promoção inelutável". O código civil permanece mudo nesse campo; apenas precisa que "na ausência de uma disposição legal o juiz se pronunciará segundo o direito muçulmano ou, senão, segundo o costume". Mas o direito muçulmano pode estar sujeito a interpretações diferentes e contraditórias, e de maneira geral no Maghreb adota-se a interpretação mais restritiva aos direitos da mulher. Ela permanece eternamente

menor, passando da tutela do pai, do irmão ou do tio, à do marido. Geralmente não se pede o seu consentimento pessoal no casamento. Pode ser repudiada a qualquer momento, bastando uma declaração do marido perante o Juiz.

Já o homem pode se casar de novo imediatamente, enquanto a mulher "divorciada" tem que esperar longos processos: situação que pode durar anos; segundo uma jurista argelina, Leila Aslaoui, "enquanto a mulher, geralmente analfabeta, ignorante de seus direitos, dos procedimentos envolvidos, vive uma verdadeira tragédia". Salvo exceções raras, é à mulher que cabe a guarda dos filhos, frequentemente numerosos, sem que no entanto ela receba os meios necessários. Existe pensão, mas é irrisória, geralmente não paga. Seu destino é voltar para a casa paterna, onde seus filhos nem sempre são bem recebidos...

71% de analfabetas

O direito muçulmano permite a poligamia: "basta que o marido tenha um salário um pouco mais elevado ou suba de posição para arranjar nova esposa", diz Aslaoui. Uma jovem socióloga argelina, Diab, afirma que a mulher em seu país permanece confinada ao papel de geradora de filhos; daí a explosão da população, sendo a procriação a única atividade valorizada da mulher. Excluída do trabalho — reservado ao homem — a mulher fica também de fora da vida política. Aos 20 anos, 56% das mulheres já estão casadas, contra 10% dos homens; 71% das mulheres são analfabetas, contra 45% dos homens.

Seria injusto no entanto fechar a questão da mulher argelina de modo tão negativo. As condições da vida moderna romperam o equilíbrio ancestral. Muitos filhos ajudam os pais, enviando-lhes parte de seus salários, criando uma solidariedade contra a miséria que já não existe na Europa.

(Daniel Junqua)

ÁFRICA DO SUL

O apartheid e a destruição da célula familiar

Para um país que se proclama "nacional-cristão", a África do Sul não coloca a defesa da família entre as suas prioridades. Um dos efeitos mais nefastos, e sem dúvida menos conhecidos, da política sul-africana do **apartheid** (segregação racial) é, justamente, a destruição da célula familiar no seio da população africana, majoritária no país e amplamente cristianizada.

Mabel é uma doméstica negra 27 anos, empregada em casa de brancos na zona Norte de Johannesburg, a "cidade do ouro". Ela é uma das 800 mil domésticas recenseadas no país, primeiro setor de empregos assalariados das mulheres negras. Mabel abandonou o **kraal** (aldeia) familiar, a leste do Transvaal, pela cidade, à procura de um emprego que faz terrível falta em sua região natal. Seu universo cotidiano é o do luxo da residência de seus patrões brancos, mas também o da solidão e do isolamento de um quarto de empregada, bem afastado no jardim, frequentemente privado do mínimo de conforto.

Longe das comunidades segregadas, como Soweto e Alexandra, seu mundo se limita ao das outras empregadas domésticas e dos jardineiros negros. A lei sul-africana não autoriza mais do que um empregado negro residindo junto a seu patrão, o que significa que nenhuma vida familiar é possível para centenas de milhares de mulheres. Como suas amigas, Mabel teve uma relação com um africano empregado em seu bairro, ele mesmo, talvez, um trabalhador contratado que deixou sua mulher e seus filhos durante muitos meses no Transkei ou em terra zulu. Rapidamente, Mabel se viu com um filho que não podia manter consigo, porque a lei o proibia, e que será criado por seus avós na miséria dos bantustans (reservas tribais). Ela verá seu filho uma ou duas vezes por ano, se trabalhar para um patrão "liberal"

"Hotéis para celibatários"

Esse caso não é, de forma alguma, uma caricatura exagerada; o encontramos em cada rua, em cada bairro, em cada cidade, em centenas, milhares de exemplos. Mas, face à repressão política, à miséria e à fome das zonas rurais, esse aspecto do **apartheid** permanece nas sombras.

Este ano, a senhora Pat Van Rensburg, conselheira municipal branca progressista de Randburg, um subúrbio de Johannesburg, foi julgada por ter acolhido ilegalmente o filho de sua empregada negra.

No Cabo, foi por querer viver com seu marido que uma mulher negra foi acusada e julgada. Decretada "zona preferencial para mestiços", a península do Cabo interdita aos trabalhadores africanos — dos quais tem, apesar de tudo, uma necessidade vital — trazer suas famílias. A história do campo de **squatters** (uma espécie de posseiros da periferia das cidades) de Crossroads, marcada por sangrentos incidentes, como os de agosto passado, que fizeram cinco mortos, é a da luta dos trabalhadores contratados em Ciskei e Transkei pelo direito de viver em família. Vindos legalmente ao Cabo dessas regiões de pobreza, com um contrato no bolso para trabalhar nas docas ou em fábricas, esses homens se vêem confinados a dormitórios sinistros, de feitiço militar, pomposamente denominados "hotéis para celibatários", nas cidades de Langa, Nyanga, ou Guguletu.

Para milhares de africanos essa situação é intolerável e eles preferem viver na ilegalidade a aceitar essa separação forçada. As mulheres e crianças chegam então dos **bantustans**, dando origem a vastos campos de **squatters** em torno do Cabo, dos quais Crossroads com 25 mil habitantes é o mais célebre devido à sua resistência feroz e até agora vitoriosa às ameaças regulares de destruição.

As mulheres de Crossroads ilustraram numa peça de teatro o destino trágico dessas famílias vivendo sob a pressão constante de um controle de identidade que mandará as mulheres de volta, sob a ameaça dos tratores, protegidos por cães policiais, que virão uma manhã destruir as cabanas da cidade-dormitório.

(Pierre Boukor)

MULHERES

SOS-Mulher: um serviço para atender mulheres espancadas pelos maridos

"Uma enxurrada de casos", este é o balanço que a jornalista Regina Fernandes faz do SOS-Mulher, um serviço criado em São Paulo, no começo de outubro, por cerca de 30 grupos femininos e feministas.

"A idéia de uma entidade de autodefesa da mulher surgiu num encontro realizado em Valinhos (SP), há mais ou menos três meses", disse Regina. O assassinato de Esmeralda Dias e da atriz Anné Helène Armichaub por seus maridos acentou essa necessidade e por isso as entidades de mulheres de São Paulo — entre elas a Associação das Donas-de-casa, a Associação de Mulheres, o Grupo Nós Mulheres, a Frente de Mulheres Feministas, o Movimento de Luta por Creches e a Ação Lésbico-Feminista — resolveram criar a Comissão Contra a Violência à Mulher, que lançou o SOS-Mulher.

Preocupada em destacar o caráter não assistencial do SOS-Mulher, Regina explicou que um dos papéis fundamentais do serviço "é o debate público da violência contra a mulher", dando-lhes um apoio efetivo.

Para isso o SOS-Mulher tem um serviço telefônico (813-9520, das 19 às 22h30) para atender as mulheres vítimas de violências de qualquer espécie, ou mesmo aquelas que procuram ajuda para resolver os problemas de relacionamento com seus companheiros. Existe também um grupo de advogadas para orientação jurídica e, inclusive, acompanhar as mulheres nas dele-



As mulheres se manifestaram contra a violência masculina

gacias de polícia, impedindo que sejam vítimas de pressões masculinas. Os casos mais graves, que exigirem assistência especializada, serão atendidos com ajuda do Sindicato dos Psicólogos.

Médicas também se mobilizaram e existe inclusive um grupo de médicas do Instituto Médico Legal comprometidas com o trabalho, para as quais são encaminhadas as vítimas de estupro ou espancamentos, evitando-se assim que seus casos sejam minimizados por profissionais do sexo masculino.

SOS-Mulher atende uma média de 7 a 10 casos por dia. Segundo a professora Maria Tereza Verardo, 99% dos casos são de espancamentos, e a maioria "quer conversar, ela desabafa no telefone. Neste caso, tentamos fazer

com que ela venha para cá e se integre num dos grupos", disse Maria Tereza.

Será feito também um Livro Branco com a história das mulheres Esmeralda Dias e Anné Helène Armichaub, e de Maria Regina Resende, uma prostituta assassinada em São Paulo no ano passado. Para documentar a violência contra a mulher, será montado um arquivo de recortes de jornais e as delegacias de polícia serão visitadas para coleta de dados. Um outro grupo, que Regina considera muito importante, é aquele que procura dar às mulheres que procuram o SOS-Mulher a consciência de seu próprio valor como mulheres, fazendo-as entender sua posição na sociedade e o caráter da violência que as atinge. (José Carlos Ruy).

Por que não uma família sem chefe?

O direito nem sempre acompanha a realidade. Com seu caráter conservador, mantém, muitas vezes, normas legais inadequadas para resolver equitativamente os conflitos que surgem na sociedade. No caso dos direitos da mulher, as coisas vêm caminhando mais lentamente ainda, basta lembrar que foram necessários mais de 100 anos de lutas para a mulher obter seus direitos políticos e mais de 150 para obter uma certa equivalência dos cônjuges dentro do casamento.

Apesar de algumas vitórias, persistem em nossas leis civis inúmeros dispositivos discriminatórios que, como demonstrou Sílvia Pimentel em seu livro "Evolução dos Direitos da Mulher", estão em completa contradição com o preceito constitucional que proíbe, desde 1934, a discriminação por sexo, raça ou religião.

Por isso, a Frente de Mulheres Feministas está propondo um Novo Estatuto Civil da Mulher, com base em um estudo da legislação feito por Sílvia Pimentel com a colaboração da advogada Floriza Verucci, que reformula todos os dispositivos legais em que a situação ou a linguagem são discriminatórias da mulher, especialmente a casada.

Esse estudo propõe a revogação de vários dispositivos e uma nova redação para muitos outros e recebeu o apoio do senador Franco Montoro, que se prontificou a apresentá-lo no Congresso sob a forma de um projeto de lei. Entretanto, a Frente julgou indispensável que ele fosse apresentado a todas as entidades feministas, assim como a organismos como a Ordem dos Advogados do Brasil, para uma ampla discussão e o recebimento de sugestões e aperfeiçoamentos, para que ele real-

mente represente o consenso das mulheres.

E para dar início a esse debate, foi realizado um fórum sobre o tema no dia 27 de outubro último, no Teatro Ruth Escobarem, São Paulo. Foram especialmente convidados como debatedores as advogadas Leonor Nunes de Paiva, do Rio, e Fernanda Arantes, representando o Centro de Defesa da Mulher de Belo Horizonte, o advogado Paulo de Larso dos Santos, especialista em direito da família (e ex-ministro da Educação no governo João Goulart) e a socióloga Heleieth Saffioti, sob a coordenação da professora Sílvia Pimentel.

Esta última abriu os debates colocando para os presentes a seguinte pergunta: no contexto da família, há realmente a necessidade de um chefe? Não corresponderia essa exigência de um "chefe da sociedade conjugal" a uma concepção extremamente autoritária de família, concebida como um pequeno Estado dentro de um Estado maior, também autoritário? Ela mostrou que essa "autoridade" não é de forma alguma uma mera figura de retórica ou uma entidade abstrata, pois tem também um nítido aspecto econômico. Por ser o "chefe da família", cabe ao marido administrar não só os bens comuns do casal, mas até os bens particulares da esposa, de acordo com o regime matrimonial adotado (art. 233, II).

Outro aspecto apontado é que a maioria das mulheres temido o casamento uma visão romântica e ignoram que ao se casar estão também assinando um contrato de natureza econômica e civil. Esse despreparo pode ser constatado por ocasião das separações, onde elas não sabem quais são os seus direitos

reais e saem freqüentemente prejudicadas.

Leonor Nunes de Paiva informou que muitos homens aproveitam as nítidas vantagens que a nossa lei lhes dá para impor às mulheres situações de fato. "Um homem sabe muito bem que se ele for trabalhar em outra cidade ou em outro país, a mulher é obrigada a segui-lo, porque um dos direitos do homem que não tem reciprocidade é o da fixação do domicílio. Onde o marido estiver, aí será o domicílio do casal. Se uma mulher por exemplo receber uma proposta de trabalhar no exterior ou uma bolsa, ela estará totalmente impossibilitada, mesmo a título temporário, se o marido não concordar", explicou ela.

Fernanda Arantes observou que as discriminações contra as mulheres em nossa lei extrapolam o direito civil e indagou também que tipo de família é esse que só atende a um certo sistema que o reproduz e perpetua. Seria ele o mais desejável? Para ela, os conflitos indubitáveis que essa situação de desigualdade provoca, revelam a necessidade de uma conscientização da mulher, porque só ela, como a mais prejudicada, pode desestabilizar, pela não aceitação, essa estrutura e propor uma nova organização.

A maior parte da população brasileira está na faixa econômica que medeia a pobreza e a miséria, mas o que mais preocupa a socióloga é que com a discriminação de salários e de trabalho que sofre a mulher, e que tende a aumentar, ela dificilmente tem condições de sustentar essa família, onde o trabalho do menor se impõe como a única escapatória para a sobrevivência.

(Maria Carneiro da Cunha)

Invasores depredam creche na zona Leste

A creche do Centro Social Santa Teresa, no Jardim Brasília, Itaquera, foi invadida na madrugada de domingo por pessoas que destruíram completamente os brinquedos pedagógicos e enfeites, estragaram mantimentos e deixaram fezes espalhadas pelo chão. A queixa foi registrada somente ontem à tarde no 21.º Distrito Policial (Vila Matilde), que imediatamente comunicou o fato ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social, (Deops), por julgar que se trata de um ato com características políticas.

Os depredadores, que não levaram dinheiro nem arrastaram as gavetas das mesas, jogaram nove dúzias de ovos nas paredes de todas as salas, nos berços e até num retrato do papa João Paulo 2.º, logo na entrada principal do estabelecimento, que atende a 76 crianças da favela Esperantenópolis, na Vila Nhocunê.

A administradora da creche, mantida pela paróquia de Santa Teresa, Rosa Mendes de Almeida, ainda não avaliou o montante dos prejuízos. E nem sabe ainda se os mantimentos, que não foram atingidos pelos 13 litros de vinagre que os invasores despejaram sobre os sacos, poderão ser utilizados, pois teme que tenham sido envenenados por soda cáustica, já que não conseguiu descobrir onde foi esvaziado um tubo desse produto, usado para desentupir canos.

Os invasores também jogaram café misturado com açúcar sobre uma balança e invadiram a lavanderia, passando por um pequeno vitró, que teve seu vidro removido e depois recolocado.

RESPONSÁVEIS

Na delegacia de Vila Matilde, Rosa Mendes de Almeida apenas preencheu um Boletim de Ocorrência, não lhe tendo sido feita nenhuma pergunta sobre a depredação ou sobre o trabalho que o Centro Social Santa Teresa desenvolve junto à comunidade da favela Esperantenópolis.

Ao contrário da Polícia, Rosa descarta a hipótese de que a invasão tenha sido trabalho de favelados ou moradores locais, que "teriam no mínimo levado os mantimentos e não os estragado nem ali deixado latas de leite em pó, cho-

colate e bolachas, que foram encontradas intactas nas prateleiras, ao lado de sacos de arroz, farinha e fubá inutilizados".

A administradora da creche acredita que o trabalho junto aos favelados pode "estar incomodando alguns setores da sociedade, que não pensaram duas vezes antes de invadir um estabelecimento que atende a filhos de favelados". Outros dirigentes da creche também encaram a depredação como uma espécie de "desafio à Igreja", já que o estabelecimento é mantido pela paróquia de Santa Teresa, em convênio com a Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes) da Prefeitura.

OUTRAS INVASÕES

A depredação da creche do Centro Social Santa Teresa não é o primeiro ato de violência cometido este ano contra pessoas ligadas à atividade da Igreja na região. Em julho, durante a visita do Papa a São Paulo, foi assaltada a casa das irmãs da Ordem das Carmelitas, que prestam serviços para a comunidade da Vila Nhocunê, de onde foram levados artigos religiosos e uma máquina fotográfica. Alguns membros da paróquia de Santa Teresa ligaram os dois fatos e reafirmaram que "o trabalho que vem sendo feito pode estar atrapalhando alguns setores". Mas afirmaram que "não se deixarão intimidar por atos desse tipo".

Também o Posto de Assistência Médica Antônio Ferreira Vila Lobos, na Vila Nhocunê, foi totalmente depredado por cinco menores, na madrugada de 20 de outubro. Segundo foi apurado pelos policiais, esses menores foram arrastados por adultos.

A creche do Jardim Brasília é a segunda invadida e depredada este ano, na Capital. No dia 11 de agosto, as instalações da creche Unibes, mantida pela União Brasileira-Israelita do Bem-Estar Social, no Bom Retiro, também foi alvo de violências. Além de quebrarem móveis e brinquedos, os invasores picharam as paredes com suásticas e frases ameaçadoras.



mulheres

17

O Clube do Ibrahim Sued Machões, admã, que eu vou em frente

O festejado colunista social articula uma frente ampla machista para se contrapor ao movimento das mulheres. Comenta-se que Doca Street está muito cotado para ser o presidente "de honra" da confraria.

Por Maria Tereza Verardo

Mulheres preparem-se! Está nascendo no Rio de Janeiro a Associação Brasileira dos Machões, ou simplesmente o **Clube dos Machões** que, como pode se perceber pelas declarações de seus diretores não está nem um pouco preocupado com as questões do homem, mas sim com as questões da mulher.

Mais uma vez homens decidem discutir as questões da mulher, já que elas, pobres coitadas, não tem capacidade para tanto. Ou será que certos homens estão sentindo ameaçado seu poder diante do avanço da consciência da mulher?

O que dá para se perceber de concreto é que esta Associação já nasce com objetivos duvidosos e com uma diretoria também duvidosa. Vejamos: Ibrahim Sued, cronista social que conseguiu muito dinheiro e prestígio pelo que disse e principalmente pelo que não disse da alta sociedade carioca, e Jece Valadão, o famoso ator de um papel só.

Com relação aos objetivos sente-se muito claro uma necessidade de auto-promoção dessa diretoria. Afinal, quando foi a última vez que alguém ouviu falar de Ibrahim Sued (além do casamento de sua filha)? E de Jece Valadão? No entanto, agora eles estão em todos os jornais e TVs, um dos objetivos foi atingido.

Outro objetivo, ao que parece, é a desmoralização do Movimento Feminista, é tratá-lo como coisa ridícula. "Precisamos acabar com essa fregura de feminismo pois, do contrário as mulheres vão tomar o nosso lugar". A preocupação realmente é muito séria, quem vai ficar com o poder? Ou ainda outra afirmação de Ibrahim Sued: "esse negócio de feminismo não tá com nada. É coisa de umas muquiranas, mal amadas, horrorosas, que são solteironas e por isso estão querendo a consistência do discurso dos machões e sua originalidade. Esse mesmo argumento foi usado no começo dos anos 60 quando foi lançado o movimento feminista na Europa.

Vejamos o que diz o presidente Jece Valadão: "O movimento feminista não é feminista — é sim uma luta anti-machista" (Puxa, Jece, só contaram pra você!!!). "As feministas estão querendo transformar o homem deste país. Hoje o macho é um termo pejorativo. Ora onde é que nós estamos?" Eu é que pergunto, onde é que nós estamos se não se sabe nem a diferença entre macho e machista?

O grande problema do **Clube dos Machões** é o de realizar suas reuniões. A primeira que estava marcada na casa do Jece Valadão não pôde se realizar porque a Vera Gimenes, mulher do Jece, não permitiu que fosse em sua casa. Outra reunião

marcada para apresentação do novo sócio do Clube, o autor Carlos Eduardo Dolabela, não pode se realizar porque o novo sócio teve que dar mamadeira pro nenê na mesma hora da reunião. É, pelo visto, falta machões no **Clube dos Machões**. Parafraseando Henfil, "O Clube dos machões não vai passar de marca de desodorante ou de cerveja".

Carta programa

Conselhos de Ibrahim Sued para sua filha no dia do casamento

1. Evitar a promiscuidade
2. Quando levar uns cascudos do marido rebatê-los com beijinhos.
3. Mulher tem que ser feminina, e não feminista. Portanto frágil.
4. Quando sair para trabalhar a noite deve avisar o marido e, se possível leva-lo consigo.
5. Se o marido não for um machão, não for um homem mesmo, é melhor troca-lo por outro.

Dorinha Duval

Quando as formas roliças, as curvas acentuadas, os seios perfeitos e o ar sensual cedem lugar às gordurinhas e à flacidez típicas da velhice e da menopausa.

Por Maria Tereza Verardo

O episódio Dorinha Duval, a atriz que assassinou seu companheiro com três tiros no dia 5 de outubro, é mais um relacionamento possessivo que termina em tragédia.

O ponto principal desta tragédia, segundo a atriz, está na diferença de idade do casal. Dorinha com 51 anos, dezesseis anos mais velha que seu companheiro, já não se enquadra mais nos padrões de beleza impostos pela moda.

As formas roliças, curvas acentuadas, seios perfeitos e ar sensual, foram cedendo lugar às gordurinhas e a flacidez típicas do início da velhice. E isso provocou as inúmeras crises de seu casamento, afinal o homem envelhece com dignidade, e a mulher com vergonha.

Segundo depoimentos da atriz os atritos maiores com seu marido se davam porque ela o acusava de "não mais procurá-la, não mais amá-la, de ter outras mulheres mais novas e bonitas". Paulo Sérgio confirmava que tinha outras mulheres argumentando que "você já está velha, feia, gorda, você já era". Dorinha insistia "eu vou fazer plástica no seio para ficar bonita, bonita só para você". E ele respondeu, sarcástico, que não queria mulher remendada, fazendo com que Dorinha se sentisse terrivelmente humilhada.

E não foi só Dorinha que se sentiu humilhada. Todas as mulheres se sentem humilhadas quando vistumbam o que lhes promete a velhice, a vergonha de se sentir flácida, feia e gorda, e a possibilidade de ser jogada fora como qualquer objeto descartável.

É o que destina a sociedade machista à mulher tratada tão somente como objeto sexual, no momento em que ela não se enquadra mais aos padrões de beleza ditados pela moda ela perde sua única função.

Por outro lado o depoimento de José Francisco Scaglione e sua mulher Maria Helena, padrinhos de casamento da atriz, fere frontalmente um dos princípios básicos de qualquer indivíduo, que é a liberdade de dispor de seu próprio corpo, quando e como desejar. Eis um trecho do depoimento: "No hospital, quando Paulo ainda estava vivo, ela nos confessou que, ao chegar em casa, depois da festa de aniversário, ele recusou-se a ter relações sexuais com ela porque estava cansado. Diante da sua insistência, ele propôs uma separação de três dias para ver se o relacionamento melhorava. Desesperada, Dorinha gritou que, se ele não fosse dela não seria de ninguém, e lhe deu três tiros".

Se as mulheres reivindicam para si a não obrigação de ter relações sexuais quando não querem, não se pode exigir comportamento diferente do outro. E toda a posse desse relacionamento dá a sensação de que se Dorinha perdesse esse companheiro fixo ela deixaria de existir enquanto ser sexuado.

Mas há ainda quem atribua como causa principal do assassinato de Paulo Sérgio um fator puramente biológico "Dorinha esta na menopausa". É o que diz o jornalista Marcelo Oikawa em seu artigo publicado no dia 6 de outubro no *Jornal do Brasil*. O que em outras palavras significa: "A mulher como todos os animais irracionais, sofre mudanças comportamentais de acordo com suas mutações biológicas, que são basicamente três: época menstrual, época de gravidez e época de menopausa".

É, não temos escapatória, ou somos tratadas como objetos sexuais ou somos tratadas como animais irracionais.

O importante nesse caso todo é tomar cuidado de não se reivindicar para a mulher o assassinato em "legítima defesa da honra", o que abriria precedentes tão sérios quanto os que abriu o caso Doca Street. O caso é de assassinato e deve ser tratado como tal, o importante agora é estar atentos para ver se o comportamento da justiça é o mesmo quando o réu é uma mulher.

PREV-SAÚDE

Prevenir para governar

Sem consultar as mulheres brasileiras sobre o que deve ser um "planejamento familiar", o governo dedicou um capítulo ao assunto no Prev-Saúde. Não fala em garantias de alimentação à população de baixa renda, estabelece uma censura prévia nos métodos de contracepção a serem adotados, fixa o papel da mulher como mera reprodutora, omite a questão do aborto e chuta para escanteio o direito ao livre exercício da sexualidade feminina.

Por Elizabeth Lobo e Thais de Souza

O governo brasileiro parece ter descoberto o planejamento familiar. Disfarçado ele existe desde 1965. Agora aparece mais nítido no controvertido PREV-SAÚDE, ainda que envolto nos véus de uma pretensa "livre escolha" dos casais.

Mas a questão não é nova como indica o resumo das políticas demográficas do governo brasileiro e de suas consequências entre aquelas que sendo as principais interessadas, como de hábito nem sequer foram consultadas.

A Produção dos Homens

Os países capitalistas avançados se preocupam com a questão do controle da natalidade desde a década de 50. No entanto, o governo brasileiro só começará a se preocupar efetivamente com esta questão na década de 70. Alguns acontecimentos marcantes deste período ilustram com clareza a tomada de posição do Brasil.

Em 1974, Ano Internacional da População, realizou-se o Congresso de Bucareste. Nele predominou a tese da necessidade de aplicação de programas de controle da natalidade. O ano seguinte, 1975, foi decretado o Ano Internacional da Mulher, peça fundamental de qualquer programa de controle da natalidade. Uma das reivindicações do Congresso Oficial foi a escolarização das mulheres. Sabe-se que um dos maiores problemas para divulgação e

utilização de métodos contraceptivos (principalmente a pílula) é o analfabetismo.

1978 foi o Ano Internacional da Criança, alertando para a miséria em que vive grande parte da população infantil. Fechava-se então um ciclo que pretendia uma conclusão do tipo: os programas de controle da natalidade são necessários pois representam uma legítima aspiração das mulheres e evitarão que a pobreza se alastre no mundo.

Indústria de Pílulas

No Congresso de Bucareste a posição do Brasil foi contrária a qualquer política de controle da natalidade. Mas em 1977 a situação começa a mudar. Neste ano foi elaborado um programa de **Prevenção da Gravidez de Alto Risco**. Este visava prevenir os riscos da gravidez na população carente do país. Para tanto seriam utilizados métodos contraceptivos, inclusive a pílula. Este fato é bastante surpreendente. Uma mulher diabética, com problemas circulatórios ou desnutrida corre certos riscos na gravidez. Porém nestas mesmas condições o uso da pílula é tão ou mais perigoso que uma gestação. O programa demonstrava o descaso do governo com a saúde da mulher.

Enquanto isso, desde 1965, a BENFAM, financiada pela International Planned Parenthood Federation, distribuía pílulas para as mulheres do povo. Como instituição pretendia promover a educação, in-

formação e conscientização da comunidade visando a redução do número de filhos da chamada população carente. Na verdade ela induz a população a pensar que todos os males da comunidade (desde a fome até a poluição) são causados pelo crescimento demográfico.

Oficialmente o governo brasileiro não mantém ligações com a BENFAM. No entanto ela atua com o apoio de algumas instituições governamentais (convênios com governos estaduais, prefeituras e órgãos federais) e de particulares (Universidades, organismos religiosos etc). Sua atuação é mais evidente no Nordeste, particularmente no Rio Grande do Norte. Apesar de desenvolver intensa propaganda e contar com o apoio de vários órgãos, a BENFAM é alvo de inúmeras críticas. Ela é acusada de distribuir pílulas indiscriminadamente, sem orientação e sem acompanhamento médico, causando danos à população feminina.

O Planejamento Familiar

Em 1980 surge novamente a questão do planejamento familiar, desta vez incluído no PREV-SAÚDE. Diz o texto: "O programa buscará contribuir para que a mulher ou o casal possam, de maneira consciente e responsável, planejar os filhos que desejam, sem interferências ou indução de qualquer espécie. Proporcionará informação ampla

sobre métodos naturais de contracepção, informação seletiva sobre os métodos artificiais, alertando para seus perigos e consequências".

O trecho mostra o quanto há de contradição entre a teoria e a prática governamental. Como o governo pode "contribuir" para a conscientização das mulheres se não as consulta na elaboração de um programa que as toca tão fundo? É evidente que o programa tem um caráter autoritário e responde a interesses diversos daqueles das mulheres.

Como a distribuição de alimentos e em última instância a repartição da renda não se coloca no regime capitalista o governo resolve o problema social controlando os nascimentos.

Outras questões que se coloca é a da divulgação "seletiva" de métodos contraceptivos artificiais. Fica mais uma vez demonstrado o caráter autoritário do governo ao tomar para si a função de decidir o que é ou não "saudável" para as mulheres, fazendo uma seleção prévia das informações. Com que interesse?...

No documento nota-se a despreocupação com a saúde da mulher como um ser inteiro. O interesse pela mulher só se dá quando ela está exercendo sua "função máxima": a da reprodução. Não se fala em atendimento ginecológico, mas sim em "pré-natal". Isto não chega a causar espanto pois são muitos raros os centros de saúde que possuem médicos e aparelhagem própria para o atendimento à mulher.

O programa visa permitir que o casal planeje os filhos que deseja sem interferências: será que o governo pretende ajudar efetivamente as famílias que queiram, por

motivos pessoais, religiosos ou outros terem quantos filhos desejam?

O documento nos leva a pensar que a questão do "Planejamento Familiar" é sendo pensada só a nível de planejamento, pois não propõe nenhuma medida prática para permitir que a população escolha o ter ou ter filhos em boas condições de saúde.

Outro esquecimento significativo do PREV-SAÚDE é a questão do aborto. As mulheres que chegam a fazer mais de abortos por falta de conhecimento outros métodos. O que tem o PREV-SAÚDE a dizer sobre isso?

O Direito de Escolha

Para as mulheres, a "vocaçao de mãe", o desconhecimento do próprio corpo e a ignorância sobre a utilização de métodos contraceptivos são graves entraves para o exercício livre da sexualidade, desvinculada da reprodução. O medo dos filhos indesejados levou as mulheres a odiar sexo e reprimir sua sexualidade, exclusivamente para a reprodução.

Contra esta situação elas reivindicam o direito de escolher livremente se querem quantos querem e quando querem se filhos. O exercício deste direito de escolha implica no conhecimento de todos os métodos contraceptivos que, se utilizados, devem ter acompanhamento médico. Implica também em possibilidades concretas de decidir ter os filhos em boas condições de saúde e sociais. Ou seja, é preciso que existam creches e toda sorte de serviços que permitam à mulher continuar participando das atividades sociais e profissionais após o nascimento dos filhos.

Investimentos da Nestlé somam Cr\$ 3 bilhões em 81

por Márcia Raposo
de São Paulo

A Nestlé brasileira investirá, em 1981, Cr\$ 3 bilhões na expansão de suas linhas de produtos, principalmente as de leite e derivados e a de chocolates. "Esse volume é um pouco inferior ao deste ano", comenta Alexandre Mahler, diretor-superintendente da empresa. "Esta redução faz parte da prudência recomendada pelo governo ao setor alimentício, que não deverá crescer mais do que 3 a 5%, de acordo com a vontade oficial."

O crescimento anual desta indústria tinha sido de 8 a 10%, nos últimos cinco anos. Uma taxa de crescimento invejável para um setor que, nos países desenvolvidos, onde o poder aquisitivo da população é maior, não ultrapassa as médias de 2 ou 3% ao ano. Em 1980, "como era de se esperar", conforme Mahler, a Nestlé sofreu uma redução no seu lucro líquido, "devido às medidas de controle adotadas pelo CIP". Em 1979, o lucro líquido da empresa foi de Cr\$ 1,6 bilhão, ou seja, 4,7% da renda bruta e, neste ano, esta percentagem deverá cair para 3,1%.

INTERFERÊNCIA

"O problema num período de dificuldades econômicas é que o governo interfere no



Alexandre Mahler

ritmo de crescimento industrial, com riscos sociais, e fica muito difícil convencer os acionistas a aumentar os investimentos, implicando uma futura defasagem da indústria frente ao crescimento demográfico do mercado."

A metade do faturamento da Nestlé origina-se da linha de leite e seus derivados, segmento que teve um ritmo de produção bastante conturbado em 1980, devido à irregularidade no abastecimento do leite "in natura". Os sucessivos problemas do abastecimento interno de leite, "decorrentes da falta de estímulo a certas atividades agropecuárias", levaram a Nestlé a reduzir a participação dos leites nas

suas vendas, que até 1978 era de cerca de 70%.

Embora com problemas de produção, a Nestlé exportará, este ano, 16 milhões de dólares e já prevê um aumento para 22 ou 23 milhões de dólares durante o próximo ano. E estima um bom crescimento para o mercado interno, apesar dos prenúncios de recessão. "Não acredito que as dificuldades sejam tão devastadoras", diz Mahler. "O ajuste econômico do consumidor à maior liberalidade no controle de preços, e das indústrias a um ritmo menor de crescimento, poderá ser, no máximo, doloroso, mas não traumático."

INFLAÇÃO

Para seu orçamento de 1981, a Nestlé considerou uma inflação de 70% e um aumento para os preços do leite "in natura", no produtor, de cerca de 50 a 60%. "O anúncio do governo de um aumento para o leite em janeiro, em plena entrada da safra, mostra a consciência oficial para o problema do abastecimento, restabelecendo o equilíbrio no setor." A melhor remuneração dos produtores de leite evitará o desvio do gado para o abate. E, desta forma, a indústria e os laticínios regionais poderão normalizar a produção dos derivados de leite, evitando as especulações de preços no varejo.

Jornal: O SÃO PAULO
14-20 / 11 / 1980
Data: 4
Pág.Página n.º
N.º do recorte: 0742

Subsídios para a Campanha da Fraternidade 81

MÉDICO MUTILOU A MENOR

024-146 20/11/80 P84

Por ter receitado alguns medicamentos que causaram danos profundos à sua paciente — tais como cegueira e invalidez permanente — o médico Márcio Funghide Sales Barbosa foi condenado pelo juiz Acchilles Nivaldo Capusso, de Porto Ferreira, interior do Estado de São Paulo, a fornecer uma pensão na base de 1 salário mínimo, até

que a vítima complete os 65 anos de idade.

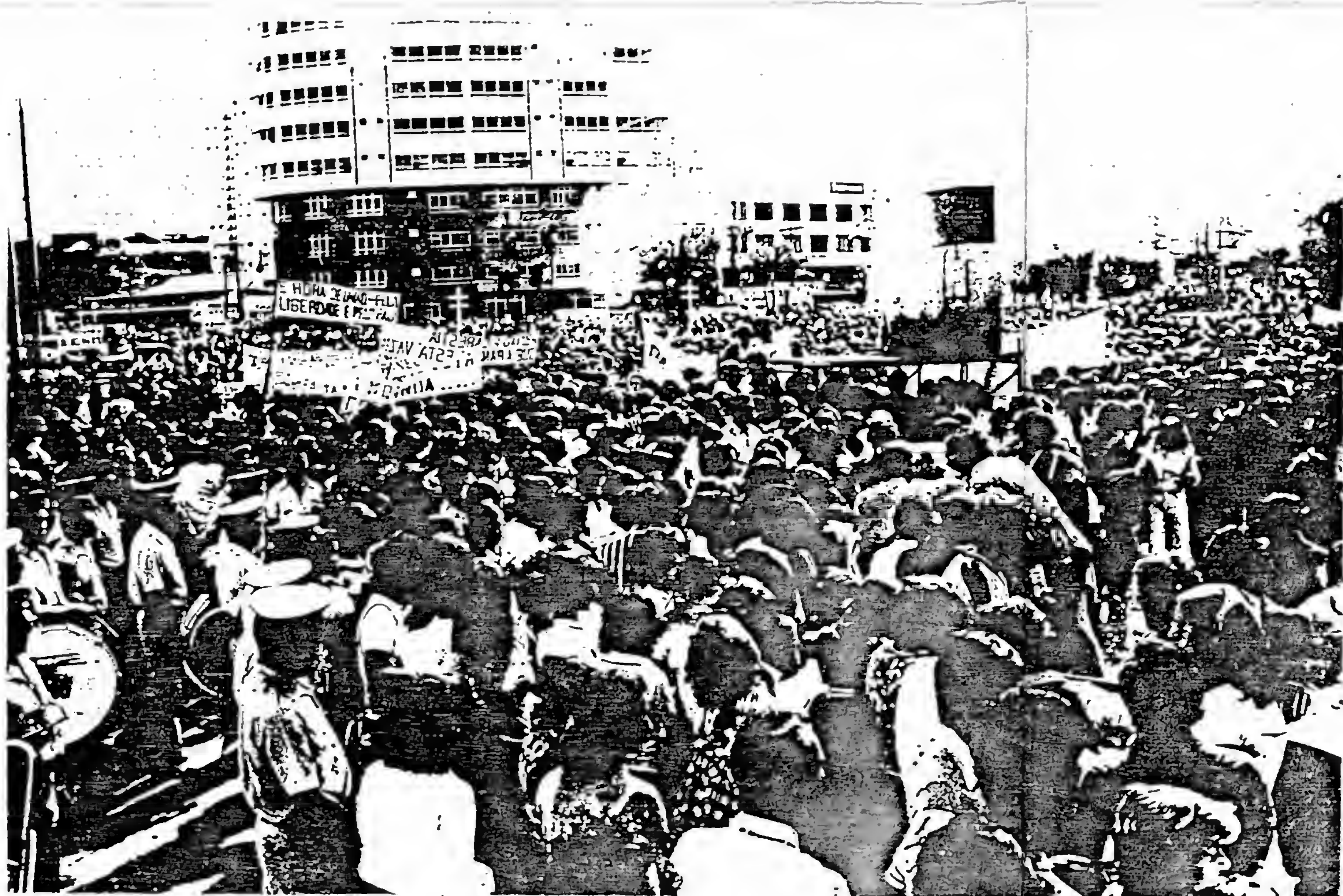
Os pais da vítima, Leônides Sobral, argumentaram que ela foi levada ao consultório particular do médico em novembro de 1974. Após um exame de eletroencefalograma, o médico passou a administrar-lhe entre outros medicamentos o Hidantal e o Comital. Após a consulta, o médico alertou a mãe da sua paciente da possibilidade de haver algu-

ma reação em decorrência do remédio que prescrevera. Porém, advertiu, isso seria normal. E marcou nova consulta para daí a um mês.

Após 20 dias de tratamento, a menina foi internada no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Sofreu ruptura do esôfago, perda da pele de todo o corpo, transformando-se em feridas generalizadas, perda de unhas e cabelos,

além da perda da visão de um dos olhos que precisou ser extirpado.

Embora ainda hoje receba rigoroso tratamento médico, a recuperação menor Leônides está afastada definitivamente. O juiz deu a seu parecer argumentando que ela era uma pessoa fisicamente normal e a sua invalidez atual reflexo do uso dos medicamentos inadequados que lhe foram ministrados pelo médico Márcio Funghide Sales Barbosa.



Povo conseguiu um PS na Zona Leste

"A gente está aí pra trabalhar junto" — explicaram as mães e donas-de-casa de Burgo Paulista, Zona Leste, aos representantes da Secretaria da Saúde e ao médico responsável pelo Posto de Saúde que estava sendo inaugurado, no último dia 6. "Quando o povo anda, a Secretaria anda. Quando o povo para, a Secretaria para" — lembraram as mulheres, ao destacarem mais esta conquista popular de uma luta que vem se prolongando desde 1968.

Elas sabem que isso não é suficiente para melhorar as condições de saúde da população daquela região, mas acham que o posto é necessário para o socorro imediato, principalmente de crianças. Entretanto, os representantes da Secretaria da Saúde (Roberto Sérgio Sergi, assistente técnico; Tufi José, diretor admi-

nistrativo) e o médico José Erivalder Guimarães procuravam esclarecer que o objetivo do posto é fazer medicina preventiva e não servir de pronto-socorro, pois não consta de aparelhagem e medicamentos de urgência. Aconselharam às mães para levarem os casos mais graves diretamente a um hospital preparado para atendimentos de urgência.

José Erivalder Guimarães explicou o que é medicina preventiva em termos de atividades no posto: vacinação de crianças, atendimento de crianças e gestantes, distribuição de leite e de alguns medicamentos essenciais. Para isso o posto conta com serviços de dois médicos, três atendentes de enfermagem, uma escriturária, um visitador sanitário e uma servente.

POSTO PROVISÓRIO

O posto, prometido em fevereiro pelo secretário Adib Jatene (da Saúde) depois de muitas pressões populares, já vinha funcionando há duas semanas antes da sua inauguração oficial. Mas, sem vacinas. Por isso, a inauguração com participação dos representantes da Secretaria da Saúde não foi feita para badalar as autoridades, nem para o povo vangloriar-se de suas conquistas, mas para mostrar que a força do povo é muito grande e que "temos que continuar reivindicando".

Agora, as donas-de-casa estão reivindicando eficiência. Não conseguiram um prazo dos representantes da Secretaria da Saúde para a vinda das vacinas. Apenas promessas. Mas elas não desanimam. O histórico de suas lutas mostra que

já conseguiram muitas coisas: creche com 60 vagas nas dependências da igreja, água encanada e aterro de uma parte da lagoa que servia de depósito de lixo da região.

Acostumadas a enfrentar as autoridades, a cobrar promessas, a lutar pelos seus direitos, essas mulheres que constituem a Associação das Donas de Casa da região também fazem promessas: prometem lutar pelo bom funcionamento do posto, com obtenção de vacinas e aparelhagens, pela ampliação do atendimento a todos, não somente crianças e gestantes, pela construção de um Centro de Saúde para atendimentos, dia e noite, a casos de urgência. O povo conseguiu a instalação de um posto provisório (a casa é alugada). Agora parte para a conquista de um posto definitivo (Tato Toma)

Psiquiatras e psicólogos:

Em defesa do paciente

Os trabalhadores em Saúde Mental — médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros — reuniram-se em assembléia no dia 8 último, no auditório de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, para decidirem sobre a criação de um órgão representativo que coordenasse as atividades no setor Saúde Mental.

A necessidade de se legitimar um espaço para a atuação alternativa ficou evidente nas discussões dos participantes que mostraram as dificuldades de se organizarem, seja nas instituições onde trabalham (hospitais, escolas), seja nos respectivos órgãos sindicais. O direito de reunião nas instituições geralmente é proibido enquanto que os órgãos sindicais estão envolvidos pelas dificuldades dos respectivos mercados de trabalho. A Frente de

Defesa dos Direitos Humanos do Paciente Psiquiátrico, então, seria a entidade que aglutinaria todas as tendências e abriria espaços à participação popular.

Se houve consenso na criação de uma entidade representativa, os debates sobre a definição do trabalho a ser desenvolvido por essa entidade foram acalorados. Seria um trabalho de denúncia? A Frente encamparia uma luta contra as instituições? Embora, a maioria presente se colocasse contra o processo institucional, não se encampou a idéia de "acabar com os hospitais psiquiátricos".

Isso porque, segundo se comentou na reunião, o próprio Governo já tomou a si o encargo de esvaziar os hospitais psiquiátricos públicos. Mas não se fala em desativar os hospitais privados. Essa atitude está sendo considerada demagógica,

pois a desativação dos hospitais públicos só vem atender aos interesses do setor privado.

Segundo as sugestões levantadas na reunião, a Frente teria como funções: articular os profissionais que atuam nos vários setores da Saúde Mental; manter contatos com outros setores da sociedade, principalmente, com os centros de direitos humanos; buscar soluções alternativas nas comunidades e associações de bairros; discutir programas oficiais como o Prev-Saúde. Foi proposta a promoção de reuniões nos locais de trabalho para se levan-

tar problemas, examinar a situação e, em função das discussões, definir as atividades.

Todas essas propostas ainda não estão definidas, porque não houve tempo para discussões mais profundas nessa primeira reunião. Depois de decidida a criação da Frente de Defesa dos Direitos Humanos do Paciente Psiquiátrico, foi eleita uma comissão de 16 representantes de pessoas que atuam na Educação, nos serviços públicos, nos serviços privados e em ações comunitárias, de onde sairá a diretoria provisória.

(T. T.)

Povo pesquisa povo na Diocese de Goiás

Lavradores, merendeiras de escolas, donas-de-casas, estudantes, lavadeiras e outras pessoas do povo uniram-se a sociólogos, antropólogo e médico para realizarem "O MEIO GRITO", um estudo sobre condições e direitos associados ao problema da saúde. Esta pesquisa, feita na Diocese de Goiás, pelo povo e com o povo, durou um ano (outubro de 78 a outubro de 79) e contou com a assessoria do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

Tão importante quanto os resultados e conclusões, foi o processo de trabalho que permitiu aos seus participantes descobrirem métodos e técnicas de pesquisa a partir de sua vivência prática. Além disso, a experiência mostrou que a pesquisa, nas mãos dos trabalhadores, é uma ferramenta capaz de fomentar a mobilização popular em torno de situações concretas da vida do povo.

A idéia de se realizar a pesquisa nasceu nos encontros populares de saúde da Diocese de Goiás, cujos agentes sentiram a necessidade de "conhecer melhor o chão que pisamos". Num desses encontros, foi criada a Comissão Regional de Saúde, composta por "2 lavradores, uma dona-de-casa, 2 lavadeiras, uma merendeira escolar e uma parteira curiosa".

O trabalho dessa comissão associado ao da Coordenação de Saúde (integrado por técnicos: médico e socióloga) resultou num encontro popular de maiores proporções. Com as questões levantadas nesse encontro, foi elaborado um questionário que serviu também de roteiro de discussão sobre o problema saúde.

Desde os primeiros momentos, a referida Comissão assumiu totalmente a pesquisa, com a assessoria da Coordenação de Saúde. A aplicação dos questionários foi sempre a grupos e não a indivíduos isolados. Os pesquisadores gente do povo, propunham aos grupos questões retiradas do questionário. As conclusões, após as discussões, eram transportas às linhas de pesquisa, ou seja, espaços reservados para as respostas nos questionários.

PEQUENO FALA PRA PEQUENO

Os pesquisadores cobriram um total de 12 municípios, levantando questões para grupos com as mais variadas características: lavradores, mulheres da roça e da periferia, prostitutas, lavadeiras, pequenos comerciantes, diaristas, empreiteiros, sub-empregados, grupos de evangelhos, comunidades protestan-

Macedo condena restrições à mulher no trabalho e propõe creches distritais

O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse ontem que não está de acordo com as restrições à entrada da mulher no mercado de trabalho — "a lei diz que todos nós somos iguais" — e defendeu a criação de creches distritais ao invés de creches nas empresas, pois assim se evitaria mais um problema futuro, quando elas tivessem que deixar o emprego.

Ele falou no encerramento do Encontro Nacional sobre a Dignidade e Valor da Vida Humana, promovido no Rio Othon Palace, em Copacabana, pelo Centro Nacional de Educação Familiar, Associação Brasileira de Mulheres Universitárias, Conselho Nacional de Mulheres do Brasil e Departamento Feminino do Clube de Engenharia. A Senadora Eunice Michiles (PDS-AM), presente ao encontro, sugeriu a criação de "horários optativos" para a mulher, com jornadas de trabalho entre quatro e seis horas.

DESAFIO

Participaram também do encontro as advogadas Romy Medeiros da Fonseca e Lígia De Lucca, a socióloga Flórida Rodrigues, a médica Talita Tudor, a engenheira Heloísa Fraenkel, a Deputada Júlia Marize (PDS-MG) e as Sras Marlúcia de Souza Saldanha e Mauê Valadao, representantes de Goiás. O Ministro Murilo Macedo definiu o encontro como "a marca da participação da mulher, cada vez mais intensa, nos grandes temas e debates nacionais que empolgam o Brasil".

Com dados estatísticos à mão, o Sr Murilo Macedo esclareceu que no ensino superior, em 1967, 42% dos universitários eram do sexo feminino, e que a participação de mulher é cada vez maior.

— Em 1950 — disse ele — 25% da população economicamente ativa eram de mulheres; em 1970, passamos para 30% e em 1980 já contamos com 35%. Nas universidades, hoje, mais de 50% dos estudantes são do sexo feminino.

A uma sugestão da Senadora Eunice Michiles, para inclusão do pagamento das férias e do 13º salário às empregadas domésticas, mas ressalvando-se o direito de os patrões se ressarcirem no Imposto de Renda, o Ministro se mostrou favorável a "uma pesquisa" sobre o assunto, mas esclareceu:

— No meu círculo de relações,

já se paga o 13º salário e as férias.

Acompanhado de sua mulher, Sra Majuca Macedo, o Ministro do Trabalho respondeu a diversas perguntas, e numa delas disse que era contra a redução do tempo da aposentadoria da mulher.

— Não é que seja contra. Tenho medo de conceder privilégios à mulher e com isso dificultar sua entrada no mercado de trabalho.

Uma interlocutora disse que "a problemática da mulher está a merecer atenção especial das autoridades", ao que o Ministro respondeu:

— Isso é um desafio à nação. Espero que ao final desse encontro sejam produzidas muitas sementes para que possamos equacionar os grandes problemas da mulher.

O Ministro falou ainda da necessidade de o país ter que criar 1 milhão 800 mil empregos/ano, e "esse número se eleva muito mais se quisermos corrigir as distorções do mercado do trabalho, como o subemprego". Disse que, em sua opinião, a inflação não prejudica os que percebem salário mínimo, visto que a lei concede aumento de 110% se a inflação atingir 100%.

O Sr Murilo Macedo considerou justa a nova política salarial e explicou que o propósito do Ministério do Trabalho é o de reduzir a rotatividade em alguns setores do mercado de trabalho.

Povo conquistará saúde

O assunto "Saúde para todos" é dos mais urgentes, em nosso País. A Campanha da Fraternidade de 1981 escolhendo este tema para nossa reflexão e ação, está colocando o dedo em profunda ferida, por onde escorre o sangue de nosso povo.

Muitos já disseram que o Brasil é imenso hospital, com multidões doentes porque sem terra, sem casa, sem saneamento básico, com fome! Quando, então, as doenças atacam ao brasileiro enfraquecido, ele esbarra com nosso sistema de saúde, onde "a saúde passou a ser tratada como mercadoria. O doente deixou de ser uma pessoa para se transformar numa simples fonte de lucro". Para o setor saúde — (que está sendo fértil terreno para exploração de empresas multinacionais) — nossos Governos destinam verbas que são migalhas diante de outros gastos! É claro que esta situação desumana precisa mudar. Nascemos para viver, não para morrer! Na prática, a mortalidade infantil, por

exemplo, é verdadeiro grito contra a situação de injustiça em que vivemos.

Diante disto tudo, a Campanha da Fraternidade-81, é um convite à tomada urgente de posição. Nesta tomada de posição, podemos colocar, também, estes preciosos roteiros feitos por pessoas entendidas em saúde e comprometidas na luta para que "saúde para todos" seja realidade em nosso País. Pertencem estas pessoas ao Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae que muito já tem colaborado com a luta pacífica e libertadora de nosso Povo!

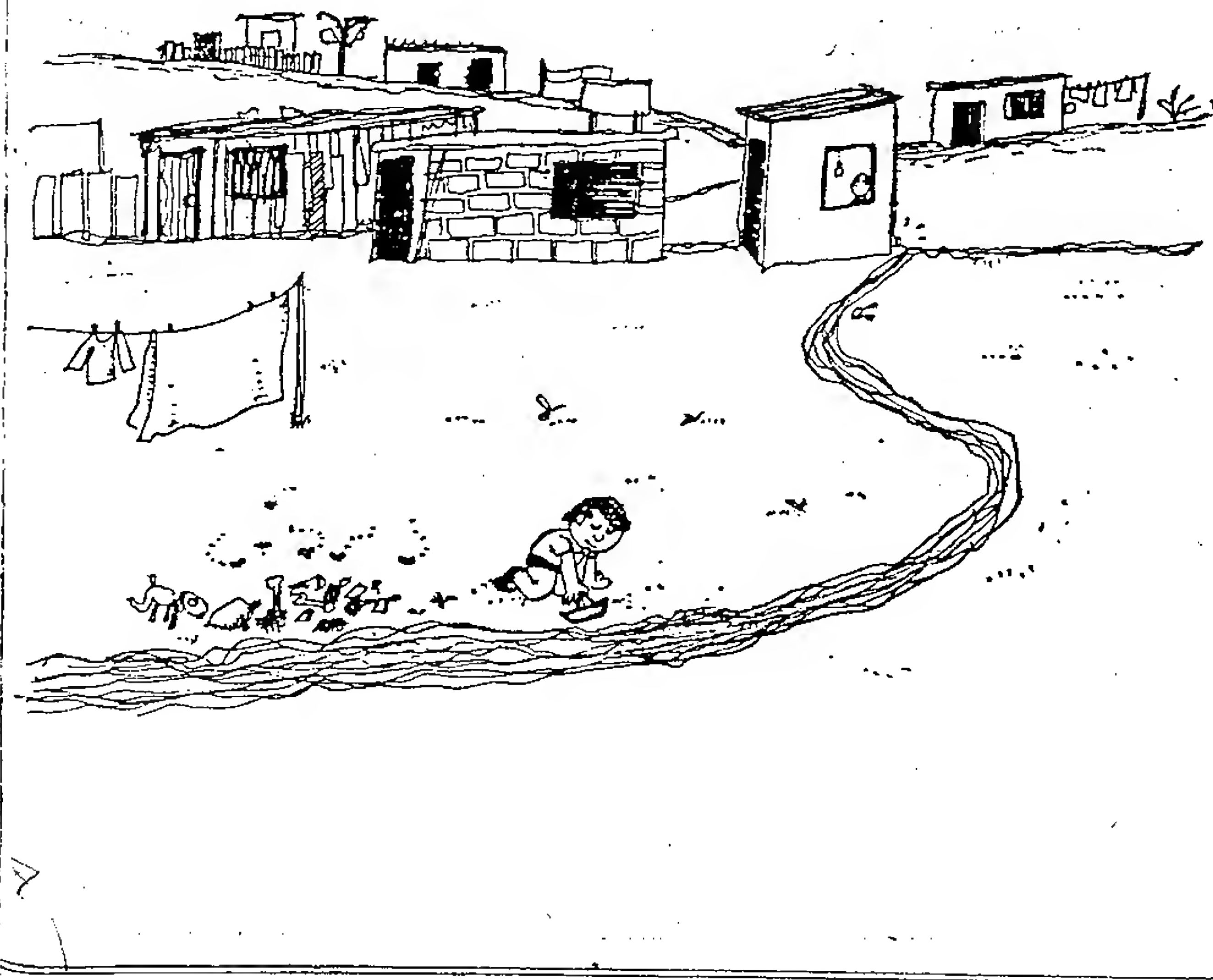
Tenho certeza de que nossas Comunidades, grupos de rua, encontrarão nestes oito temas, excelentes subsídios para sua caminhada. A verdade é esta: a saúde será para todos, quando nosso Povo, unido e organizado, a conquistar pois sendo um direito do Povo se tornará um fato, sorrente através da ação do Povo!

D. ANGÉLICO SANDALO BERNARDINO



SANEAMENTO

REFLITA SOBRE O DESENHO



Quando se fala de água encanada, de instalações de esgotos, de coleta de lixo, de limpeza e canalização de rios, de filtros contra poluição de fábricas, de dedetização e desratização, está se falando de saneamento.

Saneamento é toda ação que se faz no meio ambiente para proteger a saúde das pessoas. O Governo nos cobra impostos para isso e portanto, é ele o responsável pelas ações de saneamento mais importantes como: água encanada, esgotos, coleta de lixo, canalização de córregos, etc. Isso é o que se chama de saneamento básico.

A IMPORTANCIA DO SANEAMENTO BASICO

O saneamento é muito importante para a saúde das pessoas. Por exemplo: a água que não é tratada pode transmitir várias doenças. Tifo, verminoses, feridas na pele, desidratação, hepatite, paralisia infantil, sarna, micoses, diarreias, esquistossomose, infecções nos olhos e ouvidos são alguns exemplos. O lixo acumulado provoca o aumento dos ratos, moscas e outros insetos, que também trazem muitos problemas de saúde.

Apesar de toda essa importância, o saneamento básico não é distribuído para todo o povo de maneira igual. Um dos exemplos mais dramáticos é o caso das favelas, onde não existe nenhum tipo de saneamento.

No Brasil já existem quase 3 milhões de favelados nas grandes cidades, e esse número continua a crescer devido à concentração de renda cada vez maior nas mãos dos poderosos. Nas regiões alagadiças encontramos casas suspensas sobre as águas, são as palafitas. Em Salvador, na Bahia milhares de famílias moram assim.

No campo, também quase não existe saneamento, e encontramos muitas casas de barro e de pau-a-pique. Nessas casas, existe o bicho-barbeiro que transmite a doença de Chagas. Existem 10 milhões de brasileiros com doença de Chagas. Os rios e lagoas contaminados, principalmente no Nordeste transmitem a esquistossomose, que atinge mais de 12 milhões de brasileiros.

QUEM É PROTEGIDO PELO SANEAMENTO BASICO?

Na periferia das grandes cidades exist

tem muitos bairros sem coleta de lixo, sem água encanada e sem rede de esgotos.

São Paulo é a cidade mais desenvolvida do País. Nela só 30% da população tem esgotos instalados. Quem tem esgotos são os moradores dos bairros mais ricos. O povo pobre da periferia está sem esgotos na maior parte dos bairros. Água encanada também não é para todos. A SABESP (Cia. de Saneamento Básico de São Paulo) diz que 90% da população de São Paulo tem água tratada. Fica difícil de acreditar, porque 10% da população mora em favelas sem nenhuma benfeitoria. Além disso, existem vários bairros da periferia sem água encanada. Só aí, já deu bem mais de 10% sem água, o que prova que o Governo está mentindo.

A distribuição do saneamento, como tudo neste País, é desigual e injusta. Nos bairros ricos não falta nenhuma benfeitoria. Na periferia falta quase tudo. Os trabalhadores vão sendo empurrados para fora dos bairros mais favorecidos por causa do alto preço dos aluguéis e dos imóveis. Como o salário é baixo, o trabalhador está sempre na pior. Quando chega o saneamento e outras melhorias no bairro em que ele mora, sobe o aluguel e os impostos. Daí ele é obrigado a mudar de novo para um outro bairro ainda mais distante e sem melhorias.

Isso mostra a atuação criminoso do Governo, que não dá saneamento básico para aqueles que tem mais risco de ficar doentes. Mas o que acontece é o contrário. Quem ganha bem, come bem, mora bem, tem transporte próprio e pode pagar médico particular e remédios, este tem saneamento básico. Quem ganha mal, come mal, mora mal, anda de transporte coletivo, depende do médico do INAMPS e não pode comprar remédios, este não tem saneamento básico.

Na cidade de São Paulo, em um ano morrem mais de 5.000 crianças de menos de 1 ano de idade por causa de diarreia. Sabendo que a principal causa de diarreias é a água contaminada, pode-se dizer que o Governo é culpado por essas mortes. São 14 bebês condenados à morte por dia. Bem pior que no tempo de Herodes.

É O TRABALHADOR QUEM SUSTENTA O SANEAMENTO

O dinheiro para fazer o saneamento básico vem do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que é o dinheiro tirado do trabalhador assalariado. É desse dinheiro depositado no FGTS que é retirado o financiamento para as obras de saneamento básico. A conclusão lógica é que quem financia o saneamento são os trabalhadores. Chegamos à triste verdade de que é o trabalhador quem financia as obras de saneamento para uns poucos. Só a camada rica é protegida das doenças provocadas pela falta de saneamento.

Estão se aproveitando do povo e a maior parte dele nem reclama, por que está inconsciente dos seus direitos. O trabalhador não tem controle do seu dinheiro que está no FGTS e nem elege quem manda no País.

O povo trabalhador produz tudo e não tem nada.

PARA O GRUPO REFLETIR

A partir do texto:

- 1 — Que tipo de saneamento básico existe na região em que você mora?
- 2 — Porque existem diferenças de distribuição de saneamento básico entre os vários bairros de uma cidade?
- 3 — Quem faz a distribuição do saneamento básico para a população?

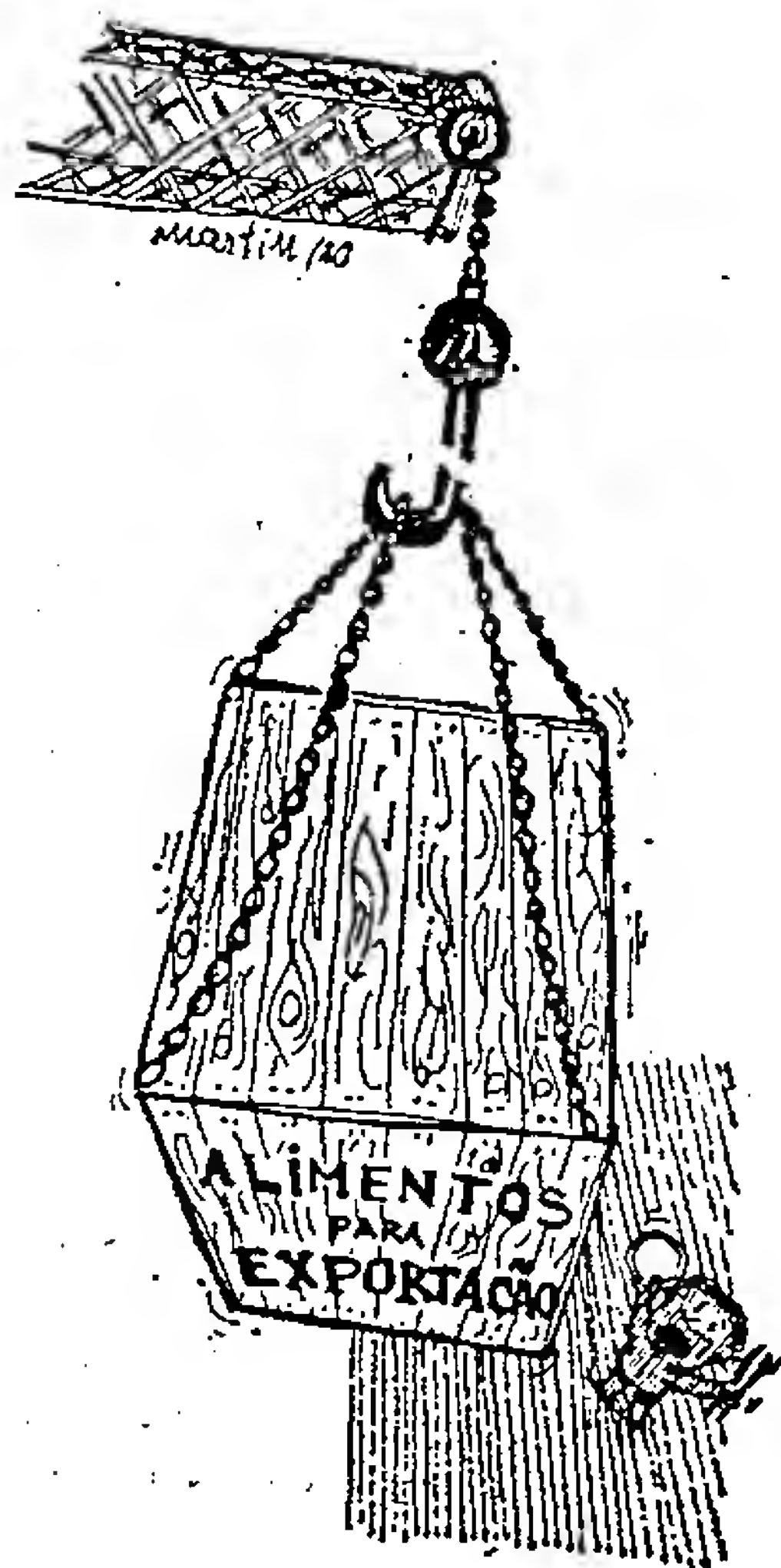
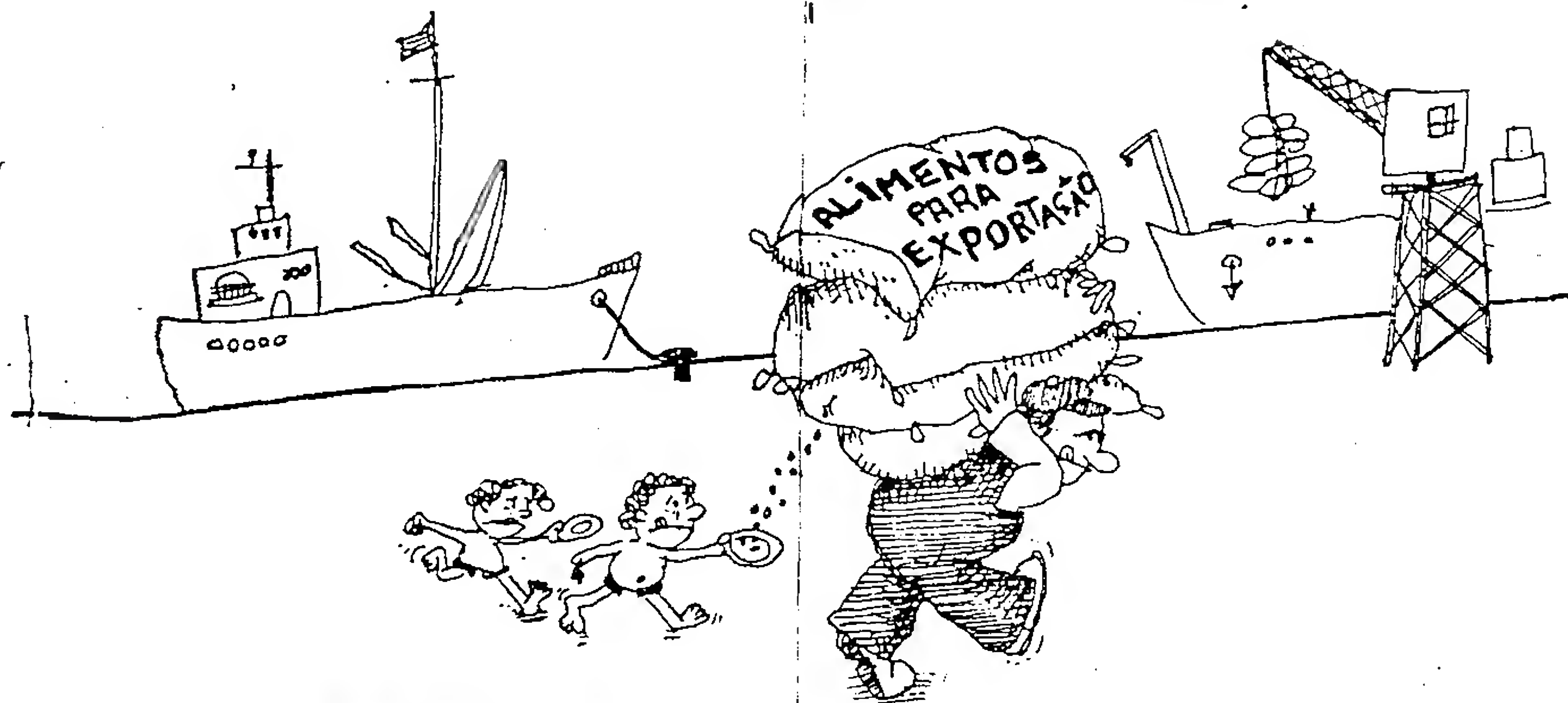
PARA O GRUPO REFLETIR

A partir da Bíblia:

- 1 — Dos Atos dos Apóstolos, cap. 5 versículo 20:
"Ide anunciar com destemor ao povo tudo o que se refere a vida"
- 2 — Das Lamentações de Jeremias, cap. 1 versículo 1; cap. 11 versículo 3 cap. 5 versículo 1.
"Como está abandonada a cidade tão povoada!
Geme todo o seu povo à procura de pão.
Olhai, Senhor, o que nos acontece, considerai a nossa humilhação: vivemos acuados, com o jugo ao pescoço, estamos esgotados pelos trabalhos forçados, oprimidos em dura escravidão".

NUTRIÇÃO

REFLITA SOBRE O DESENHO



transformamos os alimentos que comemos nas partes do nosso corpo: músculos, ossos, dentes, sangue, etc. E conseguimos também a energia que mantém em atividade.

Se o nosso corpo recebe pouco alimento, ele fica fraco, anemia, sem ânimo para nada. Uma pessoa mal alimentada também pega mais doenças porque o corpo está fraco para reagir.

Uma boa alimentação é a base para uma vida saudável. Sem ela somos como uma casa mal construída que com o tempo vai ruindo.

A falta de alimentos nas crianças é ainda pior. O corpo e seu cérebro ficam menores. Ela terá sempre mais dificuldades para fazer e aprender as coisas.

POR QUE AS MÃES DEIXAM DE AMAMENTAR SEUS FILHOS?

A propaganda e a pressão das grandes empresas produtoras de leite, principalmente a Nestlé, contribuíram muito para a diminuição do aleitamento materno. O próprio governo contribuiu com isso. Ele distribuiu, em tempos, algumas latas de leite em pó nos postos de Saúde.

Para as mães que trabalham fora, a situação é pior. A licença maternidade é somente de 84 dias e, ao terminar, a mãe tem que abandonar a amamentação e voltar para o trabalho.

O governo mais uma vez contribuiu com isso, pois obrigou as firmas a construírem creches nos locais de trabalho (como manda a lei).

COMO ANDA NOSSA ALIMENTAÇÃO

Sete entre cada 10 brasileiros são desnutridos. 500 mil crianças morrem por ano de desnutrição, número equivalente a uma cidade como Manaus (as cidades como Aracaju).

Em São Paulo, de cada 100 pessoas 52 são desnutridas. Este número cresce para 75 na periferia da cidade. E, é aí, onde mora a maioria dos trabalhadores. A pobreza e a desnutrição, são inseparáveis como as faces de uma moeda. O salário-mínimo, que deveria ser um salário de fome, está cada vez menor. O trabalhador precisa trabalhar um número de horas cada vez maior, para poder compensar o salário que não vai e os preços que não param de aumentar. Só lembramos de ver esta tabela com os preços dos alimentos e o valor do salário-mínimo de anos

	Maio/76	Maio/77	Nov/80
o	Cr\$ 2,75	Cr\$ 6,00	Cr\$ 30,00
e	Cr\$ 3,30	Cr\$ 7,20	Cr\$ 110,00
C	Cr\$ 17,00	Cr\$ 20,00	Cr\$ 160,00
ar	Cr\$ 2,00	Cr\$ 3,50	Cr\$ 22,00
de Soja	Cr\$ 2,35	Cr\$ 4,00	Cr\$ 18,20
io-mínimo	Cr\$ 5,98	Cr\$ 13,10	Cr\$ 44,00
	Cr\$ 768,00	Cr\$1.106,40	Cr\$ 5.788,00

Quando foi criado o salário-mínimo, era previsto com ele uma família de quatro pessoas pudesse se alimentar, vestir, morar, pagar condução etc. E foi feita uma tabela com a quantidade mínima de alimentos para cada pessoa comer diariamente.

A tabela é a seguinte:

de Alimentos		Preço
e	200 gramas	Cr\$
o	250 gramas	Cr\$
inha	150 gramas	Cr\$
mes	50 gramas	Cr\$
ta	300 gramas	Cr\$
	200 gramas	Cr\$
Arroz	100 gramas	Cr\$
Pão	100 gramas	Cr\$
Café	200 gramas	Cr\$
Açúcar	100 gramas	Cr\$
Banha	25 gramas	Cr\$
Frutas	3 frutas	Cr\$
	Total	Cr\$

Vamos preencher esta tabela com os preços atuais. Este total é o que se gastaria para alimentar corretamente uma pessoa.

Vemos que é impossível o trabalhador e sua família terem uma boa alimentação. O pior é que 7 em cada 10 trabalhadores ganham de um a dois salários-mínimos.

O BRASIL PODE PRODUZIR ALIMENTOS PARA TODA POPULAÇÃO

O Brasil produz uma grande quantidade de alimentos e no entanto, o povo passa fome. A quantidade de cereais, carne, frutas que se produz no Brasil dá e sobra para alimentar a população. Mas o que acontece com esses alimentos? Por que o arroz e feijão de cada dia está cada vez mais caro e desaparecendo do prato dos trabalhadores?

Algumas razões:

1 — O Brasil deve muito para os outros países. Para pagar esta dívida o Governo decidiu que o País deve exportar o máximo que der para poder conseguir dinheiro. Com isso, incentivou a produção de alimentos para a exportação. A soja é um bom exemplo disso. O Governo financiou a produção de soja e não deu crédito para se plantar arroz e feijão e no final o Brasil acabou tendo de importar estes alimentos, a preços muito altos.

2 — Muitas vezes se destroem grandes quantidades de alimentos para forçar o aumento dos preços. Em 1978, milhares de litros de leite foram jogados para os porcos. Em novembro de 1980, 400 toneladas de cebolas foram deixadas apodrecer.

3 — Certos alimentos naturais são transformados em produtos de luxo para os ricos consumirem. Todos sabem que enquanto falta leite na periferia, os supermercados estão cheios de pudins, cremes, iogurtes e chocolates.

4 — Entre o produtor rural e o consumidor, o produto não chega diretamente. No meio entra o atravessa-

dor ou intermediário, que na realidade é um aproveitador. A maior parte deles são os chamados cerealistas que pagam uma miséria para o produtor rural e, depois, vendem os alimentos muito mais caro.

5 — O principal motivo para explicar a situação é o que acontece nas áreas rurais de todo o Brasil. Os pequenos produtores que garantiam a base da nossa alimentação do dia a dia são expulsos de suas terras pelos latifundiários e pelas grandes empresas.

No lugar do arroz, entra o boi, que depois será exportado; no lugar do feijão entra a soja que terá o mesmo destino; a cana é plantada até dentro da horta do colono.

Os donos das empresas rurais, são os mesmos donos das empresas urbanas. E lá, como aqui, ganham todo apoio do Governo (empréstimos, não pagam imposto, etc). Já os lavradores são expulsos de suas terras pela própria polícia do Governo.

As situação parece absurda: os trabalhadores que produzem todas as riquezas, inclusive os alimentos, estão passando fome. A desnutrição, as doenças e o número de mortes por desnutrição estão aumentando na medida em que aumenta a exploração do povo trabalhador.

PARA O GRUPO REFLETIR

A partir do texto:

1 — Vamos preencher, em grupo, a tabela n.º 2.

2 — Muitos de nós já fomos trabalhadores do campo. Por que viemos para a cidade?

3 — O que poderia ser feito para melhorar a alimentação do brasileiro?

PARA O GRUPO REFLETIR

A Partir da Bíblia:

1 — Das lamentações de Jeremias:

cap. 1 versículos 11, 12, 19;

cap. 2 versículos 11, 19

“Geme todo o povo

à procura de pão

Implorei a meus amigos

e eles me iludiram;

os anciãos pereceram na cidade

enquanto buscavam alimentos

para revigorar suas forças.

Ardiam-me os olhos de tantas lágrimas,

fremiam minhas entranhas,

quando nas ruas da cidade desfaleciam

os meninos e as crianças de peito.

Levanta-te à noite, grita

ao início de cada vigília!

Que se derrame o teu coração

ante a face do Senhor.

Ergue para ele as mãos

pela vida de teus filhos

que caem de inanição

em todos os cantos da rua.

Ó vós todos que passais pelo caminho,

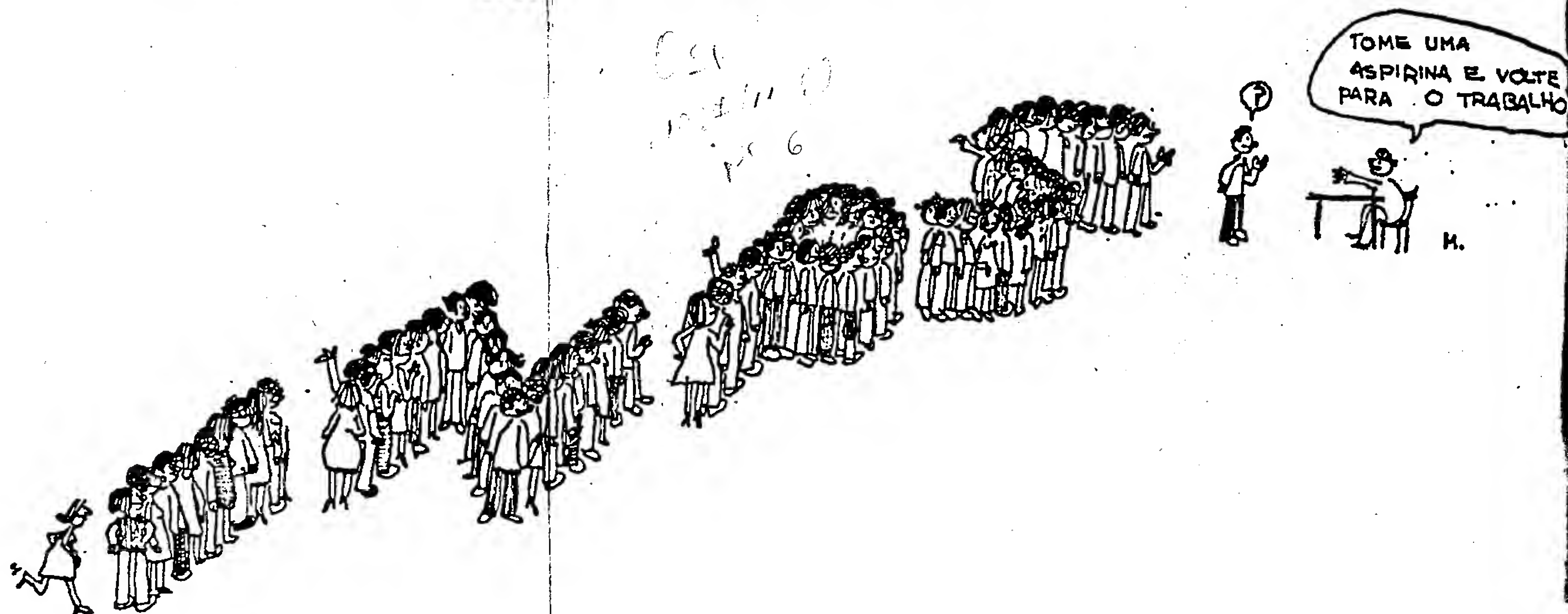
olhai e julgai

se existe dor igual

à dor que me atormenta”.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

REFLITA SOBRE O DESENHO



Até o começo do século, o atendimento médico no Brasil era feito só pelos médicos particulares, que cobravam caro e por isso só atendiam gente rica.

Os trabalhadores e o povo não tinham nenhum tipo de atendimento médico. Nem seguro contra acidentes, nem aposentadoria.

Nessa época, com o desenvolvimento das indústrias, há um crescimento da classe operária urbana no Brasil. Surgem também as primeiras lutas operárias por melhores condições de vida e trabalho. Por causa dessas lutas são criadas as "caixas ou fundos de aposentadoria". Estas "caixas", que eram controladas pelos trabalhadores, passaram a dar também atendimento médico.

Mais tarde são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) para cada categoria de trabalhadores.

Em 1966, o governo militar juntou todos os IAPs num só Instituto, o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). E também tirou a participação que os trabalhadores tinham na direção dos antigos IAPs. Dessa maneira, o governo pega o dinheiro dos trabalhadores e usa como quiser, sem precisar dar satisfação a ninguém.

O INPS montou a maior parte do seu funcionamento através de empresas de saúde e hospitais particulares. Como toda empresa em país capitalista, o que interessa é o lucro e não um bom atendimento.

A saúde passou a ser tratada como mercadoria. O doente deixou de ser uma pessoa, para se transformar numa simples fonte de lucro.

O QUE O INPS FAZ COM O DINHEIRO DO POVO TRABALHADOR?

O dinheiro que os trabalhadores pagam mensalmente ao INPS transforma-se em lucros para as empresas médicas, de duas maneiras:

1 — Os hospitais particulares recebem dinheiro do INPS por quantidade de serviços hospitalares que fazem. Com isso acabam fazendo muitas coisas no interesse do seu bolso e não no interesse dos doentes. Aumentam os exames e as operações desnecessárias. Basta ver que atualmente boa parte das crianças nascem de cesariana, porque ela dá mais dinheiro para o hospital, que o parto normal.

Estes hospitais fazem muita corrupção. A maioria deles mentem para o INPS sobre a quantidade de serviços que fizeram, para poderem receber mais.

2 — Os convênios recebem do INPS uma quantidade fixa de dinheiro por empregado da firma que faz o convênio. Como a quantidade de dinheiro é fixa, as empresas e convênios evitam gastar dinheiro no atendimento com o doente. Pedem poucos exames, evitam fazer operações, dão remédios baratos para os doentes internados. Tudo para aumentar o lucro.

OS PATRÕES GOSTAM DOS CONVÊNIOS

A maioria das fábricas e das firmas prefere o sistema de convênio. São elas que escolhem a empresa médica para fazer o convênio, e assim podem forçar as empresas médicas a proteger os seus interesses.

Qualquer trabalhador que já foi atendido por alguma empresa médica sabe como é difícil conseguir um atestado, por mais doente que esteja.

O convênio procura atender depressa, dar um remédio qualquer e devolver o trabalhador mais rápido para a produção. Se algum médico faz um atendimento um pouco melhor (demorando mais com cada paciente) e dá atestado para todos que estão doentes, logo os convênios ameaçam despedir esse médico.

Os convênios protegem as firmas e as fábricas também na hora do exame de admissão. Procuram eliminar os candidatos que tenham qualquer problema de saúde, e escolhem os que podem produzir mais e suportar as difíceis condições de trabalho.

O QUE PENSA O GOVERNO

"Procura-se evitar a doença e a invalidez do segurado, adiando sua morte tanto quanto possível, mantendo-o como ser produtivo na economia nacional."

Esta frase, de um ex-ministro do Trabalho (Arnaldo Sussekund) mostra muito bem com quais interesses o governo vê a saúde do trabalhador. Ela mostra que o governo, como os empresários e os donos dos convênios, vê o ser humano como uma mercadoria que deve ser conservada, lubrificada; o trabalhador deve ser consertado até que não sirva mais e se troque por outro. No mundo da produção não existem pessoas, mas sim coisas que geram lucros.

Dessa maneira, para o governo e para os patrões, saúde é poder trabalhar. Se o trabalhador está produzindo, não interessa que ele tenha febre, vertigem ou qualquer doença.

Quando pensam assim o governo e os capitalistas defendem os seus interesses econômicos.

Existem outros interesses além desses. Em 1974 e 1975 houve uma epidemia de meningite. O governo já sabia há muito tempo que essa epidemia estava começando, que poderia matar muita gente e que não poderia ser evitado com a vacinação. Mas só iniciou campanha para controlar a epidemia de meningite quando já tinha morrido muita gente e, o povo estava começando a chiar, criando um ambiente de revolta. Então iniciou a campanha de vacinação quando a epidemia chegou a atingir os bairros ricos, após ter matado muita gente na periferia das grandes cidades. Quando a epidemia age

defendendo os ricos e evitando situações de revolta, ele está defendendo os interesses políticos dos grandes.

O TRABALHADOR DO CAMPO

Vimos que o governo procura usar o sistema conquistado pelas lutas dos trabalhadores para atender os interesses empresariais. Mas a luta ao longo dos anos tem garantido muitas vantagens para os trabalhadores da cidade.

Os trabalhadores do campo são menos organizados do que os da cidade. E por isso, suas lutas e conquistas também são menores, inclusive na área de saúde. Para eles existia o Funrural, que funcionava bem pior que o INPS. Agora o Funrural se chama INAMPS, mas continua ruim do mesmo jeito. As filas são maiores, é muito difícil fazer um exame de laboratório ou ser internado.

PREV-SAÚDE

Todo mundo sabe que é melhor prevenir que remediar. E que a saúde do povo brasileiro só vai melhorar de verdade, quando ele tiver boa alimentação, casas boas para todo mundo, educação para todos, condições de trabalho decentes, lazer e muito mais. Por isso, nos últimos anos, o povo tem se organizado e lutado para conquistar melhores condições de vida e saúde.

Em resposta a essas lutas populares o governo apareceu com um plano "milagroso" chamado Prev-Saúde, que promete aumentar os locais de atendimento.

Este plano vai mexer quase somente no atendimento médico, mas não vai mexer nas condições de vida que são a base para uma boa saúde.

Atualmente, o atendimento médico no Brasil é uma bagunça. O Prev-Saúde pretende organizar melhor este sistema. Mas não vai mexer no essencial. Não vai

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data: 21-27/01/1980
Pág.: 5-7

Pasta n.º
N.º do recorte: 0745.4

mexer na raiz do mal, que são as empresas médicas e os hospitais particulares, que transformam doentes em fonte de lucro.

O que o governo está querendo é organizar melhor os seus recursos para poder gastar menos. E por trás de tudo está o interesse em fazer demagogia e iludir o povo.

Para isso, está aí o projeto do Prev-Saúde. Se não continuar a luta, tudo vai continuar ruim, e só vai mudar os nomes das coisas. Se a pressão popular for forte, poderemos conseguir um sistema de atendimento médico que seja público (sem empresas médicas), gratuito, para todo povo brasileiro, de bom nível, e com o controle popular de verdade.

— /// —

PARA O GRUPO REFLETIR

A partir do texto:

1 — Aqui no bairro, quais são os serviços de saúde existentes? Eles funcionam bem?

2 — O povo deveria participar do controle da assistência médica? De que modo?

3 — Quais as vantagens e desvantagens dos convênios?

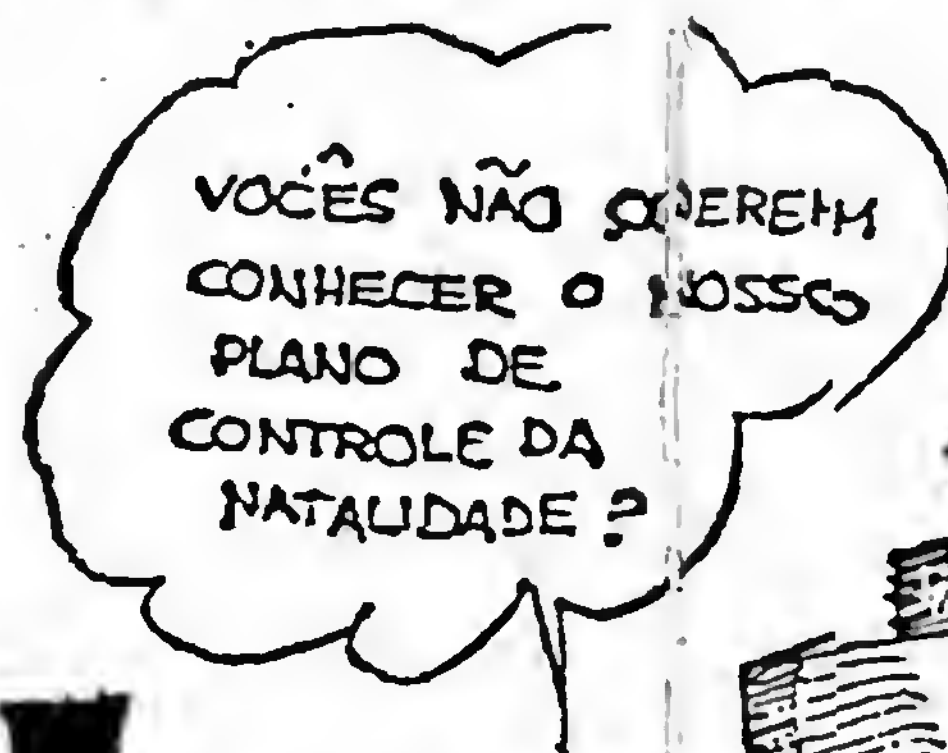
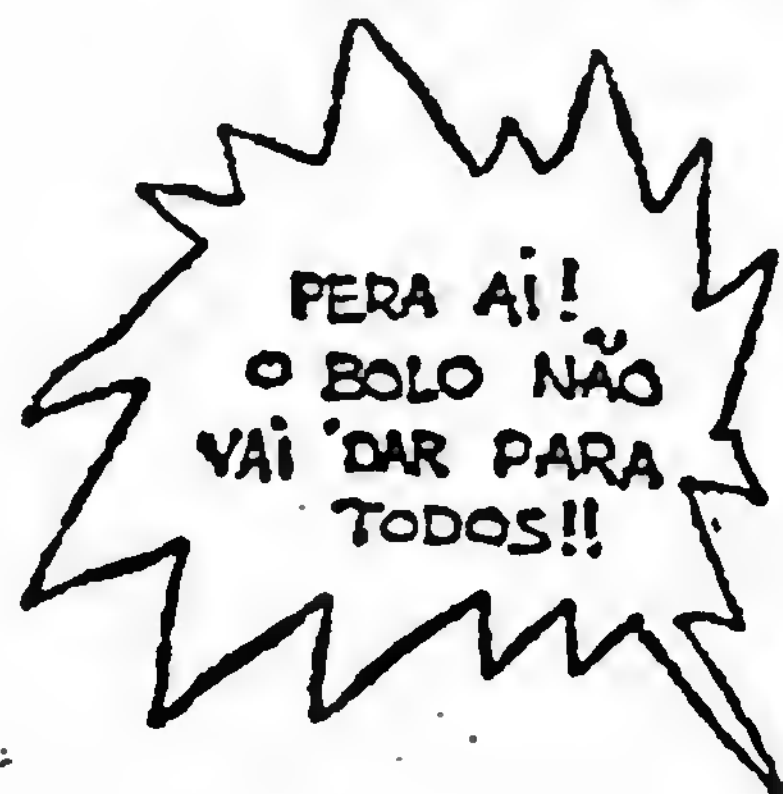
A partir da Bíblia:

Do livro do Levítico, cap. 25, versículo 35-38.

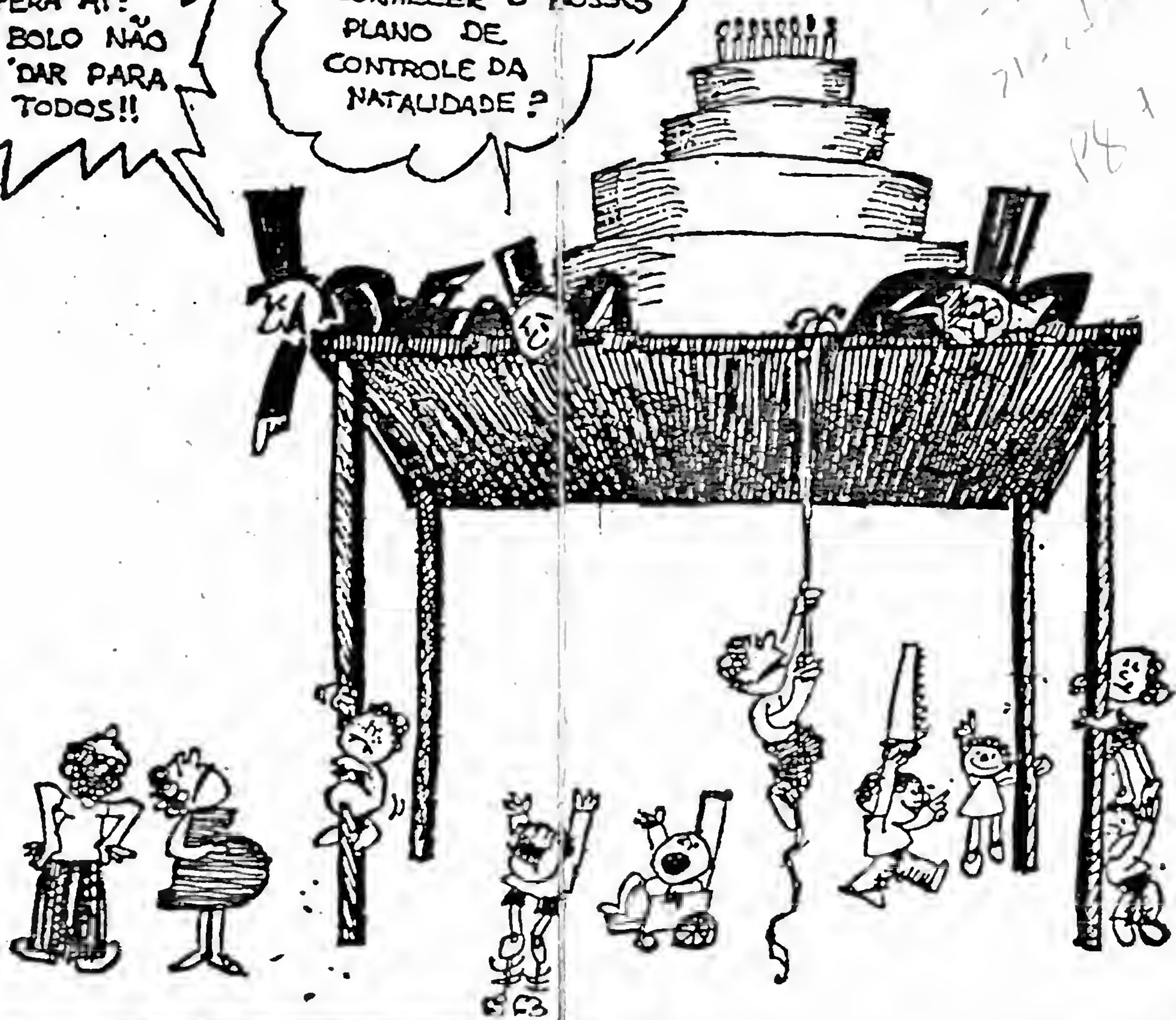
"Se teu irmão se tornar pobre junto de ti e as mãos se enfraquecerem, sustenta-lo-ás, mesmo que trate de um estrangeiro ou um hóspede, a fim de que ele viva contigo. Não lhe emprestarás com juros o dinheiro e não lhe darás os teus víveres por amor ao lucro. Eu sou o Senhor, vosso Deus que vos tirei do Egito para vos dar a terra de Canaã e para ser o vosso Deus."

CONTROLE DA NATALIDADE

REFLITA SOBRE O DESENHO



71-111/80
P87



NOS últimos anos tem-se falado muito em controle da natalidade. Controle da natalidade é um programa para diminuir o número de nascimentos no País. Com isso a população do Brasil crescerá menos.

POR QUE QUEREM FAZER O CONTROLE DE NATALIDADE

As pessoas que querem o controle da natalidade têm vários argumentos:

1 — Não existiriam alimentos em quantidade suficiente para toda a população e é por isso que muita gente passa fome.

Isso é uma grande mentira. O Brasil é um País enorme, que poderia produzir alimentos para pelo menos o dobro da população atual. Bastaria uma melhor distribuição de terras. E mesmo hoje o Brasil produz alimentos suficientes para todo o povo. Mas acontece que grande parte da produção é exportada e outra parte é queimada ou deixada apodrecer para provocar aumento dos preços.

Portanto a produção de alimentos no Brasil é feita segundo as necessidades da população, mas sim visando apenas lucro.

O controle da natalidade quer resolver o problema pelo lado contrário: em vez de oferecer mais alimentos, quer diminuir o número de bocas.

2 — Existem mulheres com problemas de saúde. Quando ficam grávidas, estão arriscadas a perder a criança, ou piorar sua saúde e mesmo morrer. Essa é a gravidez de alto risco. Para essas mulheres é preciso um programa de controle da natalidade.

Isso é outra mentira. Para diminuir as mortes na gravidez de alto risco é preciso melhorar o atendimento médico, dar assistência médica para toda população e melhorar as condições de vida do povo.

Querer diminuir a gravidez de alto risco através do controle da natalidade é o mesmo que propor cortar um pedaço das pernas de quem está com a calça curta, ao invés de fazer uma calça maior.

Um programa de controle da natalidade para a gravidez de alto risco só serve como um disfarce para começar um programa de controle de natalidade para toda população.

3 — Diminuindo o crescimento da população diminuiriam o desemprego, os marginais e os menores abandonados. Isto é, diminuiria a pobreza.

Mais uma vez o controle da natalidade quer resolver o problema pelo lado contrário: acabar com a pobreza eliminando os pobres. O desemprego, a marginalidade e os menores abandonados só vão acabar quando acabar a origem de toda miséria — a exploração dos trabalhadores.

O POVO DESEJA O CONTROLE DE NATALIDADE?

Toda pessoa tem o direito de escolher a maneira como deve levar sua vida. E todo casal deve ter o direito de planejar o número de filhos que pretende ter. A isto se chama planejamento familiar. Através dele, cada casal, orientado por especialistas, avalia suas condições de saúde, de tempo, de salário, etc. Com isso planeja o número de filhos e o espaço entre os nascimentos.

É uma verdade que o povo está querendo, cada vez mais, meios e orientação para ter menos filhos. Em parte isto se deve ao direito de escolha que foi comentado. Mas a principal razão para não querer mais filhos é outra. O problema é o baixo nível de vida da maior parte do povo trabalhador. Os baixos salários, o desemprego, o preço alto da educação, da comida, dos remédios e de tudo mais. Se uma família de quatro pessoas já passa necessidade, como viver em cinco pessoas com o mesmo salário?

A pobreza é a maior responsável pelo desejo de limitação dos filhos. E é também a maior causa dos 2 milhões de abortos que são feitos anualmente no Brasil, que provocam a morte de muitas mulheres.

O desejo de limitar os filhos não é um problema. Ele é apenas a consequência de um problema muito maior que é a situação de vida do povo.

OS RISCOS DOS MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS

Nenhum método anticoncepcional artificial é totalmente seguro para a saúde de quem usa. E o que traz mais problemas é a pílula anticoncepcional. A pílula pode provocar problemas circulatórios, esterilidade, frigidez, câncer, distúrbios hormonais, inchaço, nervosismo, pressão alta e outras doenças.

Não há uma mulher que tomou a pílula e

não teve algum problema de saúde.

Por isso a distribuição ampla de pílulas anticoncepcionais, mesmo sob orientação médica, é prejudicial à saúde das mulheres.

DE QUEM É O INTERESSE NO CONTROLE DE NATALIDADE?

O controle de natalidade não é do interesse do povo. Ele não tem nada a ganhar e muito a perder.

Mas interessa às indústrias que fabricam pílulas, que ganhariam milhões de cruzeiros.

Interessa também ao Governo. Porque ele poderia dizer que está diminuindo a pobreza e a miséria através do controle da natalidade.

E interessa principalmente para quem está lucrando com a situação de miséria do povo brasileiro.

Desenvolver o País é desenvolver seu povo. Para isso é preciso melhorar os salários, as condições de trabalho, a alimentação, a assistência médica, as escolas, os transportes, as casas. Ou seja melhorar as condições de vida.

Melhorar as condições de vida implica na diminuição dos lucros das grandes empresas. Por isso para as grandes empresas não interessa o desenvolvimento do povo. Elas preferem manter o povo pobre e com menos filhos.

"... É verdade também para nós, que um novo brasileiro é uma boca a mais, mas são dois braços a mais. Que estes braços tenham suas terras, empresas para trabalhar e teremos um País forte, próspero, livre e fraternal".

(D. Angélico Bernardino Sândalo)
Bispo da Região Episcopal de São Miguel Paulista.

PARA O GRUPO REFLETIR

A partir do texto:

1 — Em sua família alguém já precisou evitar filhos? Quais as razões a levaram a isso?

2 — Por que são praticados tantos abortos no Brasil?

3 — O Governo tem interesse no controle da natalidade? Por que?

PARA O GRUPO REFLETIR

A partir da Bíblia:

1 — Do livro do Deuteronômio, cap. 5 versículo 1.

"Tereis muito cuidado em praticar tudo o que hoje vos prescrevo para que possais viver e multiplicar-vos e entrar na possessão da terra que o Senhor jurou dar a vossos pais".

2 — Do livro de Deuteronômio, cap. 30 versículo 19.

"Tomo hoje por testemunhas o céu e a terra contra vós; ponho diante de ti

A vida e a morte, a benção e a maldição.

Escolhe, pois, a vida para que vivas com tua posteridade, amando o Senhor, teu Deus, obedecendo à sua voz e permanecendo unido a Ele".

O QUE É SAÚDE

Nos outros textos vimos que o povo está com graves problemas de saúde:

Nutrição

O Brasil tem alimentos para toda sua população.

Mas o povo brasileiro está cada vez mais desnutrido.

Saneamento

Para ter uma boa saúde é necessário: boa habitação, água abundante, rede de esgoto, condições de higiene.

Mas o povo trabalhador que financia as casas, a água e o esgoto dos bairros ricos, é expulso para os bairros onde nada disso existe.

Assistência Médica

O atendimento médico deve ser público e gratuito; pois é custeado com dinheiro dos trabalhadores.

Mas o INAMPS passa este dinheiro para as empresas médicas que só visam lucro e não o bem estar das pessoas.

Saúde do Trabalhador

O trabalhador é quem produz toda riqueza.

Mas essa riqueza vai para as mãos dos patrões e para o trabalhador só ficam os acidentes e as doenças.

Controle de Natalidade

Cada casal tem o direito de decidir o número de filhos que deseja.

Mas o controle da natalidade busca eliminar uma boca a mais ao invés de garantir este direito.

Saúde Mental

A saúde mental só pode ser garantida num ambiente fraterno, de respeito e de ajuda entre os homens.

Mas vivemos em uma sociedade que estimula a concorrência e o individualismo — uma sociedade de violências contra o ser humano, principalmente contra os trabalhadores.

Indústria de Remédios

Todos sabem que é melhor prevenir que remediar.

Mas os donos do poder não têm interesse nisso. Uma pessoa doente é fonte de lucro para os indústrias farmacêuticas.

O povo brasileiro está doente

Vamos ver alguns números que provam isso:

Tuberculose — (40 milhões de infectados)

Esquistossomose (barriga d'água) — (12 milhões de infectados)

Doença de Chagas — (10 milhões de doentes)

Doenças Mentais — (10 milhões de doentes)

Bocio Endêmico (Papeira) — (6 milhões de doentes)

Vermínoses — (70 milhões de doentes)

Reumatismo — (70 milhões de doentes)

Total — (153 milhões de doentes)

São 153 milhões de doentes sem somar as outras doenças e isto é muito maior que o total de habitantes. Como isso é possível?

Na verdade, as doenças no Brasil se distribuem conforme as injustiças sociais. Muitas pessoas pobres chegam a ter 3 ou 4 doenças ao mesmo tempo.

AS DOENÇAS CONTAGIOSAS

As doenças que mais afetam os brasileiros são as doenças contagiosas. Estas doenças podem ser evitadas com o saneamento básico, boas habitações, com vacinas e com uma boa alimentação. Coisas simples, mas que faltam para aqueles que constroem com seu trabalho a riqueza deste País.

O problema da tuberculose nos mostra como é grave

a situação do povo brasileiro em relação às doenças contagiosas:

Em cada minuto, 2 pessoas são contaminadas pela tuberculose.

Em cada 5 minutos, 1 pessoa cai doente com a tuberculose.

Em cada 30 minutos, morre 1 doente de tuberculose.

O QUE É SAÚDE

Saúde é muito mais do que ter ou não ter doenças. Saúde é ter uma vida digna, com condições de poder sobreviver sem se humilhar, e sem se matar de trabalhar. Saúde é viver em um ambiente de paz.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) diz que "Saúde é um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social". O governo brasileiro participa da OMS, mas são

tem feito quase nada para melhorar as nossas condições de saúde.

POR QUE ESTAMOS NESTA SITUAÇÃO?

Refletindo sobre toda esta situação, vemos que ela não aconteceu por acaso.

Se o povo brasileiro vive na miséria e na doença é porque a riqueza está ficando nas mãos de poucos.

Esta situação de injustiça é o resultado de uma sociedade baseada no lucro. É o resultado de um sistema econômico onde a ganância de poucos é garantida com a exploração dos trabalhadores. Este é o sistema capitalista.

Este sistema injusto continua existindo porque está garantido pelo governo e pelas leis. O governo está a favor deste sistema que só faz beneficiar os patrões e as multinacionais, prejudicando o povo trabalhador.

Este sistema não se preocupa com a saúde das pessoas. Não se preocupa com a melhoria da vida humana. Ele transforma as pessoas em partes de uma máquina que deve continuar produzindo. Com isso garante sua única preocupação: o lucro.

COMO MELHORAR A SAÚDE?

A melhoria da saúde do povo pode ser obra do próprio povo.

Quando o morador da periferia está lutando por melhorias como água encanada, coleta de lixo, escolas e tudo mais, está também lutando por saúde.

Quando o trabalhador faz greve por salários justos, está também lutando por saúde.

Quando o camponês luta para defender sua terra dos latifundiários e das grandes empresas, está também lutando por saúde.

A saúde, assim como a liberdade e a justiça, tem que ser conquistada. Nada podemos esperar dos poderosos. A solução tem que vir de nós que somos povo. Da nossa união na luta por melhores condições de vida. Da nossa organização para acabar com essa sociedade injusta e baseada na exploração.





**PARA O GRUPO
REFLETIR**

A partir do texto:
Como faremos para resolver o problema de saúde do povo?

**PARA O GRUPO
REFLETIR**

A partir da Bíblia:

1 — Do Evangelho segundo São João, cap. 10, vers. 10: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância."

2 — Do livro do Apocalipse, cap. 22, vers. 1 e 2: "Mostrou-me, então, um rio de água viva resplandecente como cristal de rocha, saindo do trono de Deus e do Cordeiro. Às duas margens do rio, achava-se uma árvore de vida que produz doze frutos, dando cada mês um fruto, servindo as folhas da árvore para curar as nações".

Desenhos de Martin

Texto elaborado pelo Centro de Educação
Popular — Instituto "Sedes Sapientiae"
Rua Ministro de Godoy, 1.484 — Perdizes

Moradores do Itaim Paulista querem creches municipais

Cerca de 400 pessoas, moradoras na região de Itaim Paulista, zona Leste da cidade, participaram na tarde de ontem de uma assembléia, promovida pelo Movimento de Reivindicação de Creches, durante a qual pretendiam entregar ao prefeito Reinaldo de Barros um abaixo-assinado, com seis mil assinaturas, solicitando 16 creches para a região. Mas como o prefeito não apareceu, o documento foi entregue ao chefe da Supervisão Regional de Serviço Social de São Miguel Paulista, Remi Denardi, que disse aos moradores que "não sabe se a Prefeitura terá condições de atendê-los".

NECESSIDADE

O Movimento de Reivindicação de Creches — que faz parte de um movimento maior de moradores que "luta pela melhoria da qualidade de vida da população de Itaim Paulista" — realizou uma pesquisa na área e constatou que existem aproximadamente 50 mil crianças com idade de até seis anos. Elas representam um terço da população. Apesar disso, não existe nenhuma creche em Itaim.

Pela pesquisa, também se constatou que de cada dez famílias, nove possuem renda mensal abaixo de 20 mil cruzeiros e 45% das famílias têm mais de cinco membros. Descobriu-se também que 70% das mulheres que não trabalham gostariam de trabalhar para complementar o salário dos maridos, mas não o fazem porque não têm onde deixar os filhos.

Para resolver o problema dessas famílias seria preciso construir 50 creches, segundo indicam representantes do Movimento. Porém, eles acham que 16 já amenizariam bem a situação. Fazendo um levantamento na área, descobriram 16 terrenos pertencentes à Prefeitura que têm condições para abrigar as creches.

LEVANTAMENTO

Esse levantamento, mais os dados da pesquisa e o abaixo-assinado seriam entregues ao prefeito, mas foi Demi Renardi que os recebeu, em nome da Coordenadoria de Assistência Social da Prefeitura (Cobes), se comprometendo a encaminhá-los a Reinaldo de Barros.

O chefe da Supervisão Regional de Serviço Social de São Miguel Paulista disse que, para 1981, está prevista a construção de 10 creches na região de São Miguel, em locais que deverão ser definidos até o final desta semana. Afirmou que não sabe se a Prefeitura terá condições de atender à população de Itaim Paulista, "porém, os moradores da zona Sul reivindicaram, lutaram e conseguiram a implantação de 30 creches. Se a Prefeitura alterar seus planos nessa área, por que não poderá alará-los aqui também?"

Os moradores de Itaim Paulista, que não se importaram com a chuva e se reuniram ao ar livre, à rua Rodrigo Carlos de Moraes, utilizando a carroceria de um caminhão para servir de palco, disseram que esperam uma solução urgente da Prefeitura.

BISPO

Dom Angélico Sândalo, bispo da Zona Leste 2, que também participou da assembléia, disse que a reivindicação dos moradores "é das mais justas, pois o custo de vida é um escândalo, o poder aquisitivo dos salários está cada vez menor, e as mulheres precisam trabalhar, mas não podem porque não têm onde deixar as crianças".

Ele falou que, através da Pastoral Operária, vai ser feito um levantamento nas empresas da região e denunciadas aquelas que não cumprem a lei que determina a existência de berçários no local de trabalho quando há um certo número de mulheres empregadas.

Seguindo o plano da Amub, as mulheres de Gualanazes, reunidas em torno de suas associações, ganharam um terreno e pretendem criar seu centro, sob a orientação da entidade. O mesmo deve acontecer com as mulheres de Itaquera, que na visita do Governo Itinerante de Maluf, levaram um pedido de cessão de terreno para instalarem seu centro nos moldes da Amub. Já ganharam uma área de 18 mil metros quadrados e no próximo ano, essas mulheres reunidas em torno do Clube de Mães, iniciam sua construção. (D.N.).

Mulheres dizem não à violência



Laís Oreb

Numa pequena sala, com poucos móveis, a peça mais importante é o telefone 813-9520. É por esse telefone que mulheres fazem denúncias sobre espancamentos, estupro e pedem os mais variados tipos de conselhos.

Assim funciona o SOS — Mulher, criado com a finalidade de promover um debate público sobre a violência contra as mulheres e ao mesmo tempo procurando dar apoio mais efetivo, através do acompanhamento de caso por caso, às pessoas que telefonam pedindo ajuda.

O telefone toca mais uma vez. Uma plantonista do SOS atende. Do outro lado, uma voz feminina, apressada, avisa que sua vizinha levou uma surra do marido e está trancada num quarto da pensão onde reside e possivelmente com a perna quebrada. A plantonista aconselha a vizinha a tentar mais um contato com a mulher agredida e ver com certeza o que está acontecendo. "Ela quer realmente ser ajudada? Estaria disposta a ir a uma delegacia de polícia e denunciar a agressão"? Esse é um dos casos constantes atendidos pelo plantão do SOS.

Segundo Ana, uma das integrantes do movimento, a primeira reação de todo o ser humano normal, quando recebe um pedido de socorro é partir imediatamente para atender à pessoa necessitada. "Mas, o SOS está fazendo um trabalho de conscientização e sabe que uma intervenção direta e precipitada, na vida particular de um casal, tem que ser feita com responsabilidade. É necessário, também, que a mulher assuma o problema para chegar à solução".

UM CAMINHO PARA A CONSCIENTIZAÇÃO

O SOS — Mulher não é um movimento de caráter assistencial. Ele nasceu como resultado do Encontro de Mulheres, realizado em maio, na cidade de Valinhos.

O Encontro cumpriu uma das deliberações do II Congresso da Mulher Paulista e teve por finalidade reunir grupos feministas e pessoas independentes para estabelecer bandeiras de luta comuns a todos os grupos.

Foram estabelecidas algumas linhas de atuação conjunta, destacando-se a campanha de esclarecimento e debate sobre o controle da natalidade, que deve ser de livre escolha do casal e não uma imposição do Estado. O combate à violência contra as mulheres em todos os níveis, desde o estupro, até a dispensa da mulher grávida do emprego. A criação de um jornal, de circulação nacional, voltado exclusivamente para os problemas e a conscientização da mulher e a fundação da Casa da Mulher como local de prestação de serviços, encaminhamento de problemas específicos e discussão sobre o papel atual da mulher dentro da sociedade.

Na época do Encontro de Valinhos, a repressão à prostituição comandada pelo delegado Wilson Richetti — atingia proporções desumanas. Criou-se, então, uma Comissão Anti-Violência que deu origem ao movimento SOS — Mulher.

A primeira atividade do grupo foi a realização de um ato público, em outubro, nas escadarias do Teatro Municipal, dizendo não à violência praticada contra mulheres sob a forma de espancamentos, estupros e assassinatos em nome da defesa da honra.

A partir do ato público e da criação de um plantão telefônico diário, o SOS começou a ser procurado. Essa procura tem aumentado tanto, que a estrutura inicial já está sendo reformulada para ampliar o funcionamento.

SOLIDARIEDADE DA MULHER PARA A MULHER

Atualmente, o grupo conta com cerca de 30 mulheres: profissionais liberais, donas-de-casa, estudantes universitárias. Já estão funcionando assessorias médicas, jurídica, de assistentes sociais e psicólogas. Essas assessorias contam também com a participação de homens, que reconhecem ser a luta contra a violência uma luta comum a ambos os sexos.

Os plantões atendem das 13,30 às 19 horas, às terças, quintas e sábados e todas as noites, de segunda e sexta, das 19 às 22,30 horas.

Nos últimos 20 dias o SOS registrou 21 chamadas telefônicas sobre espancamentos e 30 casos de consultas sobre separação de casais, alcoolismo dos maridos e ameaças de espancamento.

Algumas patroas telefonam pedindo orientação para as empregadas que apanham dos maridos. Há poucos dias, uma mulher telefonou pedindo ajuda. Ela havia levado choques elétricos do marido. Uma criança de quatro anos ainda não fala porque é espancada pelo pai. Mulheres que, após longos anos de casamento, são postas para fora de casa e não sabem o que fazer e a quem recorrer.

Todos os casos recebem um atendimento individual. Em geral, depois da conversa telefônica, a mulher é convidada a procurar pessoalmente o plantão e obter a orientação que melhor se adapte a seu caso.

Mas, o SOS — Mulher precisa ampliar o seu trabalho para ter condições de atender com maior presteza a todas as denúncias. Para tanto, o grupo pretende partir para uma sede maior. Conseguir o apoio de um maior número de entidades, instituições e pessoas dispostas a dar uma solidariedade consequente. Formar grupos de reflexão com as mulheres que procuram o plantão e conseguir um local que servisse de alojamento para mulheres e seus filhos quando abandonadas pelos maridos.

O primeiro passo será a transformação do movimento em uma entidade jurídica e a eleição da diretoria.

Por enquanto, o grupo realiza assembleias abertas, todas as terças-feiras, às 20 horas, para melhor racionalização do trabalho, com discussão sobre os casos mais difíceis, redistribuição das voluntárias entre as áreas mais carentes e admissão de colaboradoras.

Mesmo depois de constituir-se em entidade e ter uma diretoria, o SOS pretende manter as assembleias abertas semanais, como forma de maior entrosamento entre todas as participantes.

A saúde é um direito nosso e um dever do estado

Feministas, igreja e intelectuais desafiam ministros

Por Thais de Souza e Maria Teresa Verardo

Dia 28 de outubro último realizou-se em São Paulo, no SESC - Serviço Social do Comércio — um debate sobre Planejamento Familiar entre, de um lado os ministros Valdir Arcoverde (Saúde) e Jair Soares (Previdência Social) e de outro, representantes da Igreja, Universidades e dos Movimentos Feministas.

Deste debate alguns pontos merecem destaque:

Em todas as intervenções o ministro Jair Soares salientou o papel da família na questão do planejamento familiar, como sendo ela a mais responsável pelo controle da natalidade. Mas, praticamente chamou de irresponsáveis todas aquelas que não aceitam o planejamento, escondendo assim o fato de que, no entanto, maior irresponsabilidade é a dos órgãos do governo que não assumem suas tarefas de garantir a saúde e o bem estar físico e psicológico da população.

Na questão do aborto surpreendeu a posição do ministro Valdir Arcoverde que só falou do problema do ponto de vista jurí-

dico, mas a pergunta era dirigida ao ministro da saúde ou a algum juiz de direito?

Sobre a atuação da Benfam as críticas se restringiram a utilização do DIU (Dispositivo intra-uterino e na diapositivo como pretendeu um dos integrantes da mesa). Não houve nenhuma crítica mais profunda ao órgão (Benfam) que infringe todas as regras de atendimento de saúde à população.

Quanto à posição da Igreja: será que a idéia de que "as tentativas do homem em controlar a natureza o degradam", se estende também ao controle dos rios, previsão de terremotos, dilúvios etc? Não, ela se refere somente à possibilidade da mulher controlar seu próprio corpo.

Causou grande irritação às autoridades a leitura de um documento assinado pelo Cebap, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, e entidades feministas. O documento (que **EM TEMPO** reproduz aqui na íntegra) foi a única tentativa de fazer críticas específicas ao Prev-Saúde, procurando esclarecer alguns pontos e propondo uma discussão mais ampla do assunto.



Democratizar o Prev-Saúde!

A carta dirigida aos ministros da Saúde e da Previdência e Assistência Social.

No momento em que o anteprojeto do Programa Nacional de Serviços Básicos da Saúde (Prev-Saúde), proposto pelos ministérios da Saúde e da Previdência Social, é apresentado para receber sugestões por parte de alguns setores ligados à saúde, consideramos necessário e oportuno vir à presença de Vossas Excelências com a finalidade de colocar alguns pontos fundamentais em relação às atividades referentes à regulação da fecundidade e ao tratamento da infertilidade, incluídos no item "Atenção Materno-infantil", do mencionado anteprojeto.

1. A saúde é um direito inalienável da população e um dever do estado. Portanto, o estado, ao propor uma alteração necessária na atual política de saúde, deveria auscultar amplamente os diversos setores da sociedade civil, caracterizando assim um procedimento democrático. Em particular, no que tange à regulação da fecundidade e ao tratamento, da infertilidade, muito embora a opinião dos especialistas na matéria seja de fundamental importância, deveriam ter sido criados canais com o fim de permitir que as distintas camadas da população participassem do presente debate, uma vez que a decisão última deve caber à mulher, ao homem ou ao casal.

2. A participação nesta etapa, bem como nas ulteriores, se torna vital no momento em que se verifica que o nível de generalidade que caracteriza o atual anteprojeto acaba de submeter o tema da regulação da fecundidade e do tratamento da infertilidade a um alto grau de ambiguidade. Com isto, torna-se básico evitar qual-

quer procedimento que centralize as decisões nesta área deixando fora do processo decisório os agentes sociais representativos dos vários setores da sociedade.

3. Muito embora essa ambiguidade dificulte uma análise mais detalhada e sugestões subsequentes, alguns pontos não podem deixar de merecer apreciação, nesta etapa preliminar.

3.1. Muito positiva a colocação do documento quando afirma que não haverá interferência ou indução de qualquer espécie nas decisões da mulher ou do casal. Espera-se que esta posição atenda as preocupações que já têm sido manifestadas no Brasil, bem como em outros países do Terceiro Mundo, no sentido de evitar que a ênfase na saúde materno-infantil venha encobrir uma intenção de controle da natalidade.

3.2. Também é positivo que os serviços de controle de fecundidade tenham caráter individualizado e sejam executados por indicação médica. A nosso ver essa conduta não deve ferir os direitos de decisão da mulher e deve incluir uma criteriosa prescrição, de acordo com as especificidades de cada caso, seguida de um acompanhamento médico cuidadoso. Ou seja, deve ser evitada, a todo custo, uma política de distribuição massiva e indiscriminada de meios anticoncepcionais cujo uso requer atenção médica.

3.3. Igualmente positiva a preocupação do documento com a infertilidade da mulher, do homem, ou do casal. Até agora esse grave pro-

blema da reprodução humana não tem recebido a merecida atenção.

3.4. Ao referir que "serão desenvolvidos esforços no sentido de promover e apoiar uma precisa revisão e regulamentação da legislação vigente sobre a regulação da fecundidade, com vistas a reduzir ações contra a vida humana", é essencial que sejam explicitados os objetivos desta revisão, bem como o conteúdo das alterações propostas.

3.5. No que se refere às atividades propostas nos períodos pré-concepcional e inter-gestacional, torna-se fundamental o esclarecimento dos seguintes pontos:

3.5.1. O que se entende por "estímulo da responsabilidade na assistência adequada aos filhos"? É preciso cuidado para evitar que este estímulo não acabe por se constituir em propaganda das supostas vantagens da família pequena, argumento tão comum para aqueles que tentam simplificar os problemas econômicos como devidos exclusivamente ao crescimento da população.

3.5.2. O que se entende por "informação ampla sobre métodos naturais de regulação da fecundidade, adotando-se procedimentos de inocuidade comprovada, para aumento de sua eficácia"; e por "informação seletiva sobre métodos artificiais de regulação da fecundidade, destacando seus perigos e contra-indicações, no esforço para a proteção da saúde dos usuários"?

Cabe aqui a indagação sobre a natureza, a extensão, a cobertura e o conteúdo destas atividades, bem como sobre a dicotomia, quanto à informação ampla ou seletiva, prevista nestes itens.

4. Muito embora seja respeitável a preocupação prioritária com o grupo materno infantil, o

anteprojeto é omissivo no que se refere à saúde da mulher, nos momentos não diretamente ligados à sua função reprodutiva. Os serviços de ginecologia preventiva são mencionados explicitamente apenas no período pré-natal.

5. Conquanto o anteprojeto proponha desenvolver esforços no sentido de reduzir ações contra a vida humana, não menciona nenhuma política específica que vise resolver o grave problema do aborto clandestino, que anualmente ceifa a vida de milhares de mulheres e que vem aumentando nos últimos anos. O respeito às convicções éticas e culturais de cada casal e de cada mulher deve levar à consideração que tenham acesso ao aborto seguro as mulheres que o desejarem, e que não puderam evitar filhos por outros meios.

6. Em relação aos graves abusos frequentemente praticados na área da esterilização feminina — quando muitas mulheres são esterilizadas sem o conhecimento do grau de irreversibilidade a que ainda está sujeita a referida operação e até mesmo sem o seu consentimento — o anteprojeto é omissivo porque não explicita nenhuma medida para controle deste problema.

Diante do exposto, e tendo em vista que para assegurar o atendimento dos pontos mencionados, é indispensável a ampla participação dos setores envolvidos nas diversas etapas e níveis de planejamento e implementação do anteprojeto, encarecemos a necessidade de que seja criada de imediato uma comissão constituída principalmente por representantes dos profissionais da área de saúde e dos grupos de mulheres. A essa comissão estaria afeta a relevante tarefa de definir os mecanismos institucionais que garantam, desde o nível distrital até o federal, a participação de toda a população.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
BibliotecaJornal: *FOLHA DE SÃO PAULO*Data: *14/12/80*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Quatro creches para as favelas

F/SP 14/12/80
Quatro favelas de São Bernardo do Campo deverão ser inauguradas no próximo dia 20. Cada uma delas tem uma capacidade de alojamento de 40 crianças.

As favelas beneficiadas são Jardim Nazaré, com inauguração da creche prevista para as 15h30; Jardim Ipê, às 17 horas; Jardim Lavinia, às 17h30, e Vila São José, às 18 horas.

Atualmente, existem em funcionamento cinco creches em favelas e, em 1981, a Prefeitura espera construir mais 12. A capacidade atual de atendimento das creches nas favelas é de 200 crianças, devendo aumentar depois do dia 20 para 360 crianças. No final do próximo ano, deverá subir para 840 crianças, segundo a Prefeitura.



A vida do menor em internatos

Neste último sábado, dia 6 de dezembro, foi realizado, no Colégio São José, um encontro da Pastoral do Menor onde se discutiu, pela primeira vez, o regime de internato. Várias instituições, muitas delas subvencionadas pela FEBEM, encontravam-se ali representadas por seus educadores: Sagrada Família, Mater Dei, Associação Maria Helena Drexel, Jardim Robiano, Colégio São José, Educandário São Vicente, entre outras.

O encontro teve seu início na parte da manhã com a exposição das diversas experiências educacionais. Após esta apresentação e discussão preliminar dos problemas que afetam os menores carentes, dois textos do sociólogo Paulo Freire, adotados como ponto de vista comum, orientaram os debates, em grupos, que se prolongaram até a parte da tarde.

EDUCAÇÃO LIBERTADORA

A tônica das discussões girou em torno do tipo de educação que essas instituições que-

rem implantar: uma prática que estimule a criatividade, a consciência crítica, pois somente a partir dela é que o indivíduo se insere no mundo como sujeito de sua ação. Só a partir de uma educação vinculada ao meio ambiente da criança (educando), vinculada à família, que poderia dar continuidade a esse processo, é que ela poderá explicar e compreender o mundo em que vive. A criança tem de ter acesso à informação para questioná-la, para constantemente interagir com o modelo que lhe apresentam. Mas para que essa prática libertadora seja instalada, educadores e educandos têm de destruir a secular barreira existente entre professor/aluno. Tem-se de lutar contra a nossa atual educação paternalista ("bancária") que acumula conhecimentos desvinculados e fragmentários, pois ela pretende "transformar" a mentalidade dos oprimidos e não a situação de opressão.

Segundo um dos representantes da Associação Maria Helena Drexel, que trabalha

com o menor visando uma prática comunitária, ligada à família (a entidade trabalha em lares-escolas), um dos principais entraves para a formação de uma consciência crítica são as próprias instituições:

— Como se trata de crianças em regime de internato o problema é extremamente delicado e o nosso primeiro problema são as instituições, pois, na maioria das vezes, elas desconhecem a realidade dos menores dos quais cuidam. Não atendem às suas necessidades pois desconhecem sua realidade. Não permitem, assim, a formação de uma consciência crítica. É por esse motivo que temos de rever as instituições, questioná-las. A resposta não seria formar lares ao invés de instituições?

Após os debates, a conclusão das discussões foram apresentadas numa pequena reunião plenária. Chegou-se a muitos pontos comuns: necessidade de uma prática voltada à comunidade e à família; transformação do educador, pois ele é o ponto fundamental para a formação de uma

consciência crítica; fazer com que o menor não seja frequentemente transferido de instituições para que isso não afete seu aprendizado; necessidade da fixação de classes pequenas onde a interação entre educador e educando seja mais intensa (as próprias instituições presentes ao encontro lidavam com números variáveis de crianças: 25 a 325, de ambos os sexos).

Ressaltou-se, ainda, a necessidade do jovem não apenas estudar, mas trabalhar, pois além de interagir com o meio ambiente que o cerca, acreditar em seu potencial é dar-lhe um voto de confiança. Finalmente concluiu-se pela necessidade de apoio das outras instituições que trabalham com o menor porque só caminhando juntas, reexaminando suas práticas, auxiliando-se mutuamente nos momentos difíceis é que se poderá chegar a um ensino libertador que erie ao invés de reproduzir. E da qual poderá nascer, talvez, a solução para o problema do menor abandonado.

(Beatriz Carolinal)

Concentração de terras aumenta índice de mortalidade infantil

“Como novidade mesmo sobre a Reforma Agrária, tivemos neste ano apenas a expulsão de um padre que ensinava aos trabalhadores rurais que eles são cidadãos brasileiros, com deveres e direitos iguais aos demais”.

Foi dessa forma que o engenheiro Carlos Lorena, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA, lembrou a passagem do 16.º aniversário do Estatuto da Terra.

“E neste final de

ano uma revelação, que não é um fator novo, mas dá um enfoque novo: um médico do Rio Grande do Sul, dr. César Gomes Victória, e um de Santa Catarina, dr. Nelson Blank, resolveram estudar a situação da mortalidade infantil no primeiro daqueles Estados, procurando medir sua correlação com diferentes fatos sociais e econômicos; e foram surpreendidos pelo fato de que existe a mais estreita correlação entre a mortalidade infantil

e a estrutura agrária”.

“O índice de mortalidade infantil é menor de 40 mil nascidos vivos em algumas Micro-Regiões Homogêneas e entre 40 e 60 por mil em outras na área da Colônia, no Nordeste do Estado, onde as propriedades são altamente divididas; está entre 60 e 80 por mil na região central do Estado, e vai de 80 a 100 mil em Porto Alegre e arredores, pólo de atração de miséria, como em to-

das as grandes cidades do País; e ultrapassa os 100 por mil nascidos vivos em toda a faixa da fronteira, na região da campanha, onde se situam os grandes latifúndios, as enormes propriedades de pastoreio”.

“E com esta constatação — finaliza Lorena — encerramos melancolicamente mais 1 ano de não-cumprimento do Estatuto da Terra, sempre adiando a esperança de qualquer melhoria para os 120 milhões de brasileiros”.

Mães da Zona Leste querem mais verbas para a Educação

Reportagem de Lúcia Maria Dias

Mil pessoas residentes na Zona Leste lotaram a igreja matriz de São Miguel Paulista no último domingo, dia 7, apesar da forte chuva que caiu durante todo o dia. Era a assembléia para 'desmascarar' a situação nas escolas, fazendo denúncias e procurando soluções junto às autoridades convidadas, o secretário da Educação do Estado e o secretário municipal da Educação — que por sinal não compareceram.

Esta reunião foi promovida por um grupo de mães de dez bairros da zona Leste e foi iniciada com a leitura de denúncias relacionadas à imposição do pagamento de taxa da APM e a violência praticada nas escolas.

As denúncias, especificamente, revelam casos em que o pagamento da taxa da APM é a condição para que as crianças sejam matriculadas nas escolas; de famílias sem condições financeiras que são obrigadas a se sacrificar pagando altas taxas de ARM para terem seus filhos nas escolas; da violência física contra crianças dentro das escolas; da estipulação de uma "Tabela do Curso para a Contagem de Pontos" com a qual os alunos de certa escola têm sua avaliação escolar condicionada à entrega de mantimentos e objetos (quanto maior o valor do produto entregue, maior o número de pontos dados para o aluno passar de ano), etc.

"Fizemos um apanhado de como deveria ser a APM, como deveria funcionar, e como está funcionando", disse uma das mães. Daí a razão das faixas dizerem, por exemplo; "Pagamos impostos, queremos escolas" ou "Educação, direito de todos". De acordo com esse apanhado, as mães falaram do sentido da APM, que é a assistência aos alunos carentes, e disseram que não são contrárias a este tipo de contribuição voluntária. Mas, diante das verbas que o governo tem destinado à Educação e das violências praticadas em nome da cobrança da taxa (que vem, no caso, suprir as necessidades da escola), estão exigindo medidas das autoridades. Isto porque "a reação das

diretoras é forte contra as mães", e são tantos os "horrores" encontrados nas escolas (além de todos estes problemas, a falta de policiamento e de higiene) que caberia uma fiscalização e medidas mais amplas e rígidas por parte da Secretaria da Educação.

A manifestação recebeu o apoio de 14 entidades, entre elas a diretoria regional da UMES (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas), da representante da UDEMO (União dos Diretores de Escolas do Magistério Oficial) e do PT (Partido dos Trabalhadores). E foi proposto que o documento escrito, mais as moções de apoio e o abaixo-assinado, fosse entregue às autoridades na quinta-feira da mesma semana, por uma comissão formada durante aquela assembléia.

D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo da zona Leste, um dos convidados, também levou sua palavra de apoio ao movimento, dizendo "que não é tão importante entregar o documento ao secretário, pois ele não está interessado em ouvir o que o povo tem a dizer. Os governantes nada mais são que funcionários do povo, recebem bom dinheiro para isto, e o secretário da Educação não teria feito favor de estar aqui, mas estaria cumprindo sua obrigação". E disse mais: "Não somos contra a APM mas não podemos suportar a vergonha de, mesmo pagando impostos, ver crianças serem obrigadas a pagar taxa de APM (...). O orçamento do governo para a Educação vem caindo ano a ano. Sugiro que o governo gaste mais com a educação e a saúde do povo, e menos com mordoms, corrupção, orçamentos militares e com o DOPS, que está aqui nesta assembléia e que tem importunado grupos de mães na Ponte Rasa".

As mães da zona Leste lembraram, como no documento e no início da assembléia, o artigo 176 da Constituição, que dita sobre o direito à escola gratuita para crianças de 7 a 14 anos, e disseram que continuarão denunciando e exigindo o que é de direito até que sejam ouvidas. Querem mais verbas para a educação — será um meio de começar a resolver os problemas, dizem elas.

Feminismo FICP 28/12/80

A solidariedade é uma forma de luta

IREDE A. CARDOSO

No fim do ano cumpre lembrar algumas das principais bandeiras que vêm sendo levantadas pelas mulheres. Sabemos que a população feminina brasileira trabalha duro, é chefe de família, tem dupla jornada de trabalho; a sociedade ainda é injusta com ela, pagando-lhe salários menores, negando-lhe emprego, sob a alegação de que a maternidade, a gravidez, o aleitamento são impedimentos para sua produtividade. Mas a mulher já está tomando consciência de que seu filho será um futuro trabalhador e que a maternidade tem que ser somada à paternidade e à nacionalidade. Pais, empresa e governo são também, e muito, responsáveis pelo futuro cidadão.

O coração das mulheres brasileiras é doce: elas se comovem com a dor das pessoas, rezam pelos que sofrem, reúnem-se nas paróquias, fazem festas de Natal, levam doces e alimentos às favelas, adotam crianças, recolhem menores abandonados. Falta-lhes, entretanto, especialmente às da classe chamada média, a noção da ação comunitária. O despertar dessa noção depende de muitos segmentos da sociedade; depende dos professores, dos jornalistas, dos comunicadores em geral, de todos aqueles, enfim, que detêm o poder da multiplicação de informações.

Depende também, fundamentalmente, dos pais. Ora, na classe média, as crianças vivem fechadas em verdadeiros guetos: elas têm ou babá, ou empregada ou uma mãe que as entretém e alimenta. Nessa educação, os pequenos aprendem, desde cedo, o "isso é meu", "meu pai tem um carrão", "eu tenho uma televisão colorida". Os meninos bem arrumadinhos olham com estranheza para os que não têm sapatos e andam rotos. O medo se transmite de pai e mãe para filho, contra os "outros" meninos que andam pelas ruas, marginalizados. "Aqueles" são os "outros". "Nós" somos "nossa família". Erguem-se grades, muros, proibições. Só mesmo com uma forte organização no bairro, vinda dos quarteirões, com a ajuda de psicólogas (e há muitas querendo dar seu trabalho voluntário, para esse tipo de auxílio) poderia começar a fazer circular informações sobre o trabalho já

existente em vários países, no qual as mães se revezam, nos prédios de apartamentos e quarteirões, para cuidar das crianças, dando uma ou duas horas de seu dia para esse trabalho extremamente importante ao desenvolvimento das pessoas.

Assim cuidadas, as crianças aprenderiam a amar todas as mães, a se sentirem todos irmãos de uma grande família. Isto não é utopia, pode ser feito a partir de já. No Natal, afloram os soluços de tristeza, diante de tantos pavores, de tantas misérias, de tantas solidões. Na sala, a árvore de Natal, colorida e iluminada e, nas janelas, espiamos para ver se o mundo mudou. E, evidentemente, sentimos uma enorme melancolia ao observar que as coisas mudam pouco. Mudar depende de todos nós e de cada uma de nós, em particular. O primeiro passo para as mulheres entenderem a necessidade da ação comunitária, segundo entendemos, é informar-se da situação da mulher brasileira: se ela está sendo levada cada vez mais a trabalhar fora de casa, compete ao nosso bom senso entender que o mundo está mudando e que precisamos lutar para que a mãe tenha, na sociedade, o amparo que a criança necessita. Agora, fora de casa, contribuindo para o crescimento econômico da Nação, ela deve exigir seus direitos. Como dona de casa, a mulher não se pode esquecer de que, se seu trabalho fosse contado em termos econômicos, ele equivaleria a um quarto do Produto Nacional Bruto.

Então, por que ficarmos encerradas entre quatro paredes se o País usufrui — e muito — esse trabalho considerado de segunda categoria? O importante é que, ao ter consciência das discriminações que sofremos, passemos, cada vez mais, a lutar para que a solidariedade e a ação conjunta sejam nossas metas prioritárias. Há muito por se fazer e não há tempo para angústias existenciais sem fim. Nossa dor será sempre menor, à medida que nos juntarmos para conhecer, agir e viver. E, assim sentindo, assim sabendo, as mulheres brasileiras estão saindo de suas tocas e começando a perceber a importância da organização, seja para melhorar o que existe fora de casa, seja para ter um verdadeiro amor, em casa, fundado na democracia, semelhante à que desejamos para o País.